



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE INFANTARIA**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**NA ACTUAL CONFLITUALIDADE INTERNACIONAL,
QUE MISSÕES PODEM SER ATRIBUÍDAS
ÀS COMPANHIAS DE COMANDOS**

**AUTOR: ASP AL INF PEDRO MIGUEL FERREIRA E SILVA
ORIENTADOR: COR CAV NUNO MIRA VAZ
CO-ORIENTADOR: MAJ ART HELDER JORGE PINHEIRO BARREIRA**

LISBOA, MAIO DE 2008

AGRADECIMENTOS

Cumpro aqui prestar um enorme agradecimento às muitas pessoas que colaboraram para a concretização deste trabalho. Entre camaradas e amigos e todos aqueles que se interessaram e me aconselharam. Permitam-me no entanto particularizar três agradecimentos, para mencionar aqueles que considero terem uma cota parte da realização deste trabalho.

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador e co-orientador, por todo o apoio prestado sempre que solicitado, mostraram ter uma permanente disponibilidade e souberam ao longo de todo o trabalho transmitir as suas experiências.

Ao Centro de Tropas Comandos, agradeço por toda a colaboração e apoio, não só pelos testemunhos vividos mas também por toda a camaradagem prestada.

Para terminar, um agradecimento ao Major Martins Ruivo, por me ter apoiado e esclarecido nas inúmeras situações técnicas. Revelou uma postura ímpar, contribuindo decisivamente para me ajudar a atingir os objectivos a que me propus.

A todos eles, um muito obrigado!

ÍNDICE GERAL

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1. A NOVA CONFLITUALIDADE E OS AMBIENTES OPERACIONAIS | 5 |
| 1.1. DEFINIÇÃO DE “NOVA CONFLITUALIDADE” | 5 |
| 1.2. A UTILIDADE DA FORÇA NOS VARIADOS AMBIENTES CONFLITUAIS | 8 |
| 1.3. DEFINIÇÃO DO CAMPO DE BATALHA ACTUAL | 9 |
| 2. RESENHA HISTÓRICA E ENQUADRAMENTO | 14 |
| 2.1. NASCIMENTO DOS COMANDOS | 14 |
| 2.2. DESACTIVAÇÃO DOS COMANDOS EM 1993 | 16 |
| 2.3. A REACTIVAÇÃO DOS COMANDOS | 17 |
| 2.4. MISSÕES E TIPOLOGIAS DA FORÇA | 18 |
| 2.5. POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES | 18 |
| 2.6. CONCEITO DE EMPREGO | 20 |
| 2.7. ESPECIFICIDADES DAS TROPAS COMANDO, TREINO E EQUIPAMENTO | 22 |
| 2.8. DOCTRINA DA OTAN | 26 |
| 3. CENÁRIOS DE ACTUAÇÃO MAIS PROVÁVEIS / ADEQUADOS PARA UMA COMPANHIA DE COMANDOS NO FUTURO | 28 |
| 3.1. AMBIENTE NACIONAL | 31 |
| 3.1.1. DEFESA INTEGRADA DO TERRITÓRIO NACIONAL | 31 |
| 3.1.2. FORÇA DE REACÇÃO IMEDIATA | 32 |
| 3.2. AMBIENTE INTERNACIONAL | 33 |
| 3.2.1. A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS | 33 |
| 3.2.2. A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO ATLÂNTICO NORTE | 34 |
| 3.2.3. A UNIÃO EUROPEIA | 36 |
| 3.3. ANÁLISE | 38 |
| 3.4. PANORAMA DE FUTUROS TEATROS DE OPERAÇÕES | 40 |
| CONCLUSÕES | 41 |
| BIBLIOGRAFIA | 44 |
| LISTA DE ANEXOS | 50 |
| ANEXO A – CAPACIDADES ORGÂNICAS DO BATALHÃO DE COMANDOS | |
| ANEXO B – HORÁRIO DO BATALHÃO DE COMANDOS | |
| ANEXO C – HORÁRIO DA COMPANHIA DE COMANDOS | |
| ANEXO D – LISTA DE TAREFAS ACÇÕES COMUNS | |
| ANEXO E – EXPLICAÇÃO DE COMO É QUE AS TAREFAS CONCORREM PARA O PROGRAMA DEFINIDO | |
| ANEXO F – ASPECTOS SIGNIFICATIVOS DO RELATÓRIO SECRETO DO PENTÁGONO, SOBRE OS EFEITOS DA MUDANÇA DO CLIMA NOS CONFLITOS | |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | | | |
|----------------|--|----------------|---|
| AAP | Allied Administrative Publication | NATO | North Atlantic Treatment Organization |
| AJP | Allied Joint Publication | NEO | Non-combatant Evacuation Operations |
| AOO | Area of Operations | NNEC | NATO Network Enable Capability |
| ATP | Allied Tactical Publication | NRF | NATO Response Force |
| AU | Africa Union | OAP | Operações de Apoio à Paz |
| BAI | Brigada Aerotransportada Independente | ONU | Organização das Nações Unidas |
| BatCmds | Batalhão de Comandos | OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| BFSA | Blue Force Situation Awareness | PALOP | Países Língua Oficial Portuguesa |
| BLI | Brigada Ligeira de Intervenção | PE | Peace Enforcement Operations |
| BRR | Brigada de Reacção Rápida | PESD | Política Europeia Segurança e Defesa |
| C2 | Comando e Controlo | PK | Peace Keeping Operations |
| CBRN | Chemical, Biological; Radiological and Nuclear | PTIE | Programa de Treino Individual Específico |
| CEDN | Conceito Estratégico de Defesa Nacional | QO | Quadro Orgânico |
| CEM | Conceito Estratégico Militar | QOp | Quadro Orgânico de Pessoal |
| CEME | Chefe do Estado-Maior do Exército | QRF | Quick Reaction Force |
| CEMGFA | Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas | RC | Regulamento de Campanha |
| CJSOTF | Combined Joint Special Operations Task Force | RCC | Regional Command Capital |
| CJTF | Combined Joint Task Force | RCIED | Remote Controlled Improvised Explosive Devices |
| CompCmds | Companhia de Comandos | RI | Regimento de Infantaria |
| COP | Common Operacional Picture | SAR | Segurança da Área da Retaguarda |
| CRO | Crises Response Operations | SFN04 | Sistema de Forças Nacionais 04-Componente Operacional |
| CTC | Centro Topas Comando | SO | Special Operations |
| DOD | Department of Defense | TCB | Técnica de Combate |
| EUA | Estados Unidos da América | TN | Território Nacional |
| FA | Forças Armadas | TO | Teatro de Operações |
| FM | Field Manual | UE | União Europeia |
| FND | Força Nacional Destacada | UEC | Unidade de Escalão Companhia |
| FOE | Forças de Operações Especiais | UEO | União Europeia Ocidental |
| FRI | Força de Reacção Imediata | UN | United Nations |
| HQ | Quartel General | UNAMID | United Nations /Africa Union Mission in Darfur |
| HRF | High Readiness Force | UNMISSET | United Nations Mission in Suport of East Timor |
| ISAF | International Security Assistance Force | URL | Uniform Resource Locator |
| JISR | Joint Intelligence Surveillance and Reconnaissance | US | United States |
| KFOR | Kosovo Force | WWW | World Wide Web |
| KMNB | Kabul Multinational Brigade | | |
| MC | Military Committee | | |
| MIFA | Missões Específicas das Forças Armadas | | |

RESUMO

Este Trabalho de Investigação Aplicada analisa o enquadramento mais adequado ao empenhamento de uma Companhia de Comandos em missões relacionadas com a nova conflitualidade e tendo como base o *know-how* dos Comandos. Define-se em primeiro lugar a nova conflitualidade e os ambientes operacionais possíveis. Numa segunda fase, procede-se a uma apresentação das Tropas Comandos a qual inclui uma resenha histórica e o enquadramento legal desta força. Após a definição da envolvente e do sujeito, analisam-se os cenários de actuação mais adequados ao empenhamento de uma Companhia de Comandos no futuro.

Adoptou-se uma metodologia dedutiva, através do uso de fontes bibliográficas, mas também uma metodologia indutiva, através da análise de casos de estudos.

Em suma, este trabalho pretende saber em que circunstâncias os Comandos devem ser empregues, quer num ambiente nacional quer internacional.

Palavras-chave: COMANDOS / INTERVENÇÃO / COMPANHIA

ABSTRACT

This applied research work analyses the appropriate framework to send a “Comandos” Company in the field taking into account the new types of conflicts and the “Comandos” know-how. First we will analyse the new conflicts and the various operational environments. Then, we will focus on “Comandos” historical background and on the legal framework of this special force. After a definition of the environment and of the subject theme, the analysis is directed on the most appropriate settings to send “Comandos” Coy in the future.

To realize this study, we adopted the deductive methodology, through the use of bibliography sources, and the inductive methodology, through the analysis of case studies.

To summarise, this research aims at showing in which circumstance “Comandos” must be sent out, be it a national or an international environment.

Key Words: COMANDOS, INTERVENTION, COMPANY

INTRODUÇÃO

O Trabalho de Investigação Aplicada está inserido num estágio de natureza profissional que tem a finalidade de contribuir para o desenvolvimento dos objectivos especificados no ciclo de estudos conducente ao grau de mestre. Tem em vista enriquecer o leque de conhecimento científico relacionado com a temática escolhida e servir como base para eventuais estudos que poderão vir a ser efectuados a posteriori.

Os Comandos surgiram no Exército português como forças de carácter especial para fazer face às guerrilhas nas ex-colónias africanas. Assumem-se como uma tropa de infantaria de intervenção. Com o decorrer dos tempos, assistimos ao fim da guerra colonial. As unidades de Comandos constituídas tiveram de se adaptar a uma nova realidade. Após ter sido extinta durante nove anos, a especialidade Comando foi reactivada. Não para fazer frente a uma nova guerra, mas sim a uma nova conflitualidade que requer profundas mudanças e adaptações. Face a esta nova tipologia de conflito, as tropas Comando foram chamadas a desempenhar missões específicas ou de natureza diferente para a qual outrora estavam vocacionadas.

As operações militares dos dias de hoje são bastante diferentes das do passado o que leva a acreditar a uma transformação no futuro. A guerra industrial dá lugar à guerra entre as pessoas. Já não é necessário ter dois Exércitos frente a frente para resolver o assunto, destruindo-se mutuamente, mas sim para criar condições para a resolução dos objectivos estratégicos. Na guerra entre as pessoas, o uso da força depende da utilização de outros domínios de poder, de modo a ter melhores condições de explorar o sucesso das acções tácticas.

Vivemos num mundo de confrontações e conflitos entre Estados (exemplo do conflito hindu-paquistaneses) ou entre um Estado e um actor não-estatal (exemplo do conflito colombiano). Os confrontos militares decorrem em qualquer lugar na presença de civis, contra civis, na defesa de civis. Aliás, os civis estão constantemente inseridos no campo de batalha¹ em que o *modus operandi* do opositor tem como objectivo: criar desordem, promover a sua causa por actos públicos (através de propaganda) e efectuar uma estratégia de provocação.

Hoje em dia combate-se de maneira diferente do convencional, combate-se no meio das pessoas, os conflitos tendem a ser intemporais, combate-se para preservar a Força. Em cada ocasião novas formas de emprego para as armas são descobertas e antigas organizações renascem, na sua maioria actores não-estatais.

É neste contexto que Portugal através da sua Política de Defesa Nacional define as suas linhas de orientação bem como os grandes cenários de actuação onde é necessário

¹SMITH, Rupert (2005). *The Utility of Force – The art of war in the modern world*, p. 267.

equacionar um possível emprego da Força Militar, tentando que este seja adequado e em tempo oportuno.

A aprovação do actual Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) dá origem ao Conceito Estratégico Militar (CEM) e no seguimento deste, são fixadas como determinantes as Missões Específicas às Forças Armadas (MIFA04). Neste enquadramento são definidas as Missões e Tarefas Específicas do Exército mediante o espectro operacional para que as forças terrestres estejam preparadas. As tropas Comando têm visto o seu quadro orgânico ser alvo de profundas e significativas alterações. Com base neste último, iremos analisar o encaixe do seu conceito de emprego.

Objectivo da Investigação

Com o tema *“Na Actual conflitualidade internacional, que missões podem ser atribuídas às companhias de COMANDOS”*, pretende-se averiguar qual o emprego das unidades Comando no espectro de conflitualidade actual. Mais especificamente este trabalho de investigação tem como propósito vir a saber quais as missões que podem ser desempenhadas pelas Companhias de Comandos na actual conflitualidade num ambiente nacional ou internacional. Definir onde é que se inserem as tropas Comando de acordo com as suas especificidades no panorama operacional e tático.

Importância do estudo e justificação da escolha

Este tema está inserido no domínio da Segurança e Defesa onde existe um interesse em perceber o enquadramento desta força ao nível nacional e internacional. No decorrer da aplicação dos protocolos com as organizações internacionais de colaboração militar verifica-se um interesse de Portugal em participar nas variadas missões. Este facto explica a necessidade de averiguar, até que ponto é que o tipo de Força que está a ser empregue pode empenhar-se decisivamente e quais as consequências que daí podem surgir.

A principal motivação para a escolha deste tema é reflexo de uma satisfação emocional e profissional exercida no seio deste tipo de Força. Cria-se assim uma oportunidade através da investigação em mostrar as circunstâncias em que podem os Comandos operar num teatro de operações superiormente atribuído.

Delimitação do Estudo

O emprego da Força Militar não é exclusivo das situações de guerra, este pode ser empregue em situações de resposta a crise ou no cumprimento de missões de interesse público de acordo com o actual Regulamento Campanha – Operações (RC 130-1).

O seguinte estudo irá dividir-se em duas vertentes de emprego. A primeira no âmbito da contribuição interna da Defesa Nacional e a segunda no emprego ao nível internacional. Neste último, consideramos três vertentes sendo eles ao serviço da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) ou União Europeia

(UE). De acordo com a tipologia das missões preconizada pela OTAN, vamos considerar como possível cenário para uma Companhia de Comandos as operações militares ao abrigo do Art.º5 – Defesa Colectiva e as operações Não Art.º5 – Operações Resposta a Crise (CRO - *Crises Response Operations*). Com base nesta tipologia, vamos recorrer a dois exemplos. A missão em Timor-Leste ao abrigo da ONU e mais recentemente, ao empenhamento da Companhia de Comandos no Afeganistão, inserida no conceito *Combined Joint Task Force* (CJTF) do programa da *International Security Assistance Force* (ISAF). Estes exemplos irão mostrar algumas lições aprendidas e como elas contribuem para o futuro.

Revisão de Literatura

Para realização deste trabalho foi muito importante a consulta dos mais variados tipos de documentos. Contudo quando pensamos em encontrar documentação relativa às tropas Comando, esta restringe-se apenas a pequenos relatos históricos da Guerra do Ultramar, uma vez que não se seguiu uma política de actualização doutrinária ao longo dos tempos. Hoje a tecnologia permite-nos ter acesso a endereços oficiais na internet onde nos vemos confrontados com um mundo de informação. Resta saber se a informação é credível, uma vez que qualquer utilizador pode colocar a mesma à disposição de qualquer um.

Foi também possível o acesso a manuais e documentos não-classificados tanto do exército americano como da OTAN. Para consolidar toda a informação foi importante a consulta de publicações de autores conceituados e com muita experiência no assunto em epígrafe.

Metodologia

A Investigação adoptou um nível dedutivo com a pesquisa de fontes bibliográficas. Estas foram obtidas em arquivos públicos e privados, consultas na internet, apoio de trabalhos realizados acerca da temática.

Ao nível indutivo, assentou numa compreensão e análise de toda a documentação disponível de forma a ajustar o tipo de força militar que temos face a uma situação futura. Foi com base em certos casos de estudo observados, que se poderão vir a repetir em situações similares.

Para desenvolver o estudo e guiar a investigação, levantámos a seguinte **questão central**: *Com base no know-how dos Comandos, qual o enquadramento mais adequado ao empenhamento de uma Companhia de Comandos em missões relacionadas com o novo tipo de conflitualidade?*

Perante esta questão central, identificaram-se como **questões derivadas**:

- Como e para quê surgiram os Comandos?
- Qual a doutrina de emprego durante e pós a Guerra Colonial?

- Qual a evolução da tipologia dos conflitos?
- A actual conflitualidade potencia a utilização dos Comandos em território nacional ou fora deste?
- Qual é o emprego dos Comandos na actualidade?

Deste modo, optamos por estruturar o trabalho em três partes. Numa primeira parte começamos por uma abordagem dos conflitos no mundo. Os conflitos sempre existiram, porém interessa-nos compreender o novo modelo de conflitualidade.

Na segunda parte do trabalho, descrevemos o enquadramento legal das forças Comando, começando nas origens, passando pelo período de inactividade e até chegar ao conceito de emprego actual. É importante perceber a doutrina de referência para contextualizar em que medida os Comandos são empregues de acordo com a sua vocação.

O trabalho ganha a sua consistência com a terceira parte. Através das premissas anteriores, vamos ver qual o adequado enquadramento das Companhias de Comandos na conjuntura futura, com base na tipologia de conflitos actuais. Verificar como e em que circunstâncias os Comandos se inserem no campo de batalha actual segundo dois aspectos: num ambiente nacional na defesa da integridade do território e num ambiente internacional na colaboração com organizações internacionais de cooperação.

Por último, terminamos apresentando as nossas conclusões, destacando os aspectos mais relevantes.

1. A NOVA CONFLITUALIDADE E OS AMBIENTES OPERACIONAIS

1.1. DEFINIÇÃO DE “NOVA CONFLITUALIDADE”

Como tem vindo a ser apanágio em praticamente todas as temáticas relacionadas com as Forças Armadas (FA) e a Defesa Nacional, é costume enquadrá-las numa conjuntura nacional e internacional. Assim, ser-nos-á possível estabelecer as devidas relações.

Pode-se afirmar que o cenário internacional desde a última década do século XX até aos dias de hoje teve dois marcos importantes, que se traduziram em pontos de viragem ou de mudança. São eles, a queda do Muro de Berlim e a consequente desagregação da União Soviética e mais recentemente, o 11 de Setembro de 2001, a data que alterou o mundo aquando dos seus trágicos acontecimentos.

Até ao primeiro período referenciado, os conflitos armados eram caracterizados pela sua simetria. De facto, segundo a definição de guerra de Carl Von Clausewitz², esta obedece a uma natureza trinitária, composta por uma violência original, um jogo de probabilidades e do acaso, sendo a sua natureza subordinada a um instrumento político. As guerras eram assim travadas entre estados com potencial relativo de combate semelhante, sendo eles detentores do monopólio do uso da força militar. Também era fácil e precisa a distinção entre paz e guerra. A ameaça militar era caracterizada por uma fronteira estratégica bem delimitada e que tinha um papel preponderante na afirmação de um Estado.

O “mundo ocidental” com o desenrolar da Guerra-Fria, vê aparecer actores não-estatais. Decorre o ano de 1989 e é com a queda do Muro de Berlim que se pode anunciar o final da Guerra-Fria, que revela um desagregar de uma confrontação de blocos. O mundo encontrava-se dividido e por esta altura deixa de ser bipolar para adoptar um sistema unipolar, do ponto de vista geopolítico. Esta mudança provoca uma modificação da natureza das ameaças e consequentemente surge outro sistema internacional comandado apenas por uma única super-potência. A globalização é o principal motor no desenvolvimento do ambiente internacional através das tecnologias de informação, acabando por diluir os conceitos tradicionais de fronteira. Estas alterações no ambiente internacional, deram também origem à abertura de novas oportunidades no relacionamento e cooperação entre países, instituições e organizações internacionais. Porém, a partir daqui verificou-se um aumento da conflitualidade, na medida em que os conflitos deixam de obedecer a regras, não tendo objectivos bem definidos. Os conflitos começam a ter actores intra-estatais e

²CLAUSEWITZ, Von (1997). *Da Guerra*, p. 48, “a guerra é uma maravilhosa trindade, composta pela violência original dos seus elementos: ódio e animosidade, que podem ser considerados o instinto cego; pelo jogo das probabilidades e azar que a torna uma actividade livre de alma e pela natureza subordinada de instrumento político, através do qual pertence puramente à razão.”

deixando de ser inter-estatais. Aumentam os focos de tensão, entre etnias, religiões, políticas e ideologias, levando a um clima de insegurança e instabilidade no mundo.

É neste ambiente que surge um novo paradigma de conflitualidade. Efectivamente, os acontecimentos trágicos de 11 de Setembro de 2001 mostraram como é simples quebrar a vulnerabilidade de um Estado, ainda que à custa da vida de milhares de inocentes. Começam a vir à tona expressões que por si só não são novas mas que têm um novo impacto, traduzindo-se em riscos e ameaças. Temos como exemplos o terrorismo e crime organizado transnacional, a proliferação de armas de destruição maciça e o uso indevido de novas tecnologias.

A partir deste ponto, conhecem-se novos desafios à segurança global porque a insegurança alastrou por todo lado, desde as pessoas, as sociedades, aos países. Estamos perante uma realidade que ressuscitou fenómenos antigos mas que verdadeiramente, não sendo novos, são adaptados e aplicáveis nos dias de hoje. É o caso do nacionalismo, do unilateralismo, do transnacionalismo, não deixando de realçar o terrorismo. O aparecimento de novos riscos e ameaças, e a sua consequente multiplicação levam a que um Estado tenha sérias dificuldades em garantir o cumprimento das suas “funções” de estabilidade e segurança. Os países não têm alternativas e são chamados à partilha de responsabilidades com o intuito de se criarem organismos colectivos que levam à obtenção de maior segurança e prevenção de futuras ameaças com vista a um ambiente mais estável no seio de uma comunidade.

Passados aproximadamente quatro anos após os trágicos acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, sucedem-se novos ataques terroristas, em Madrid e em Londres.

Todavia, dois desafios se colocam. A luta pela obtenção da informação traduz-se num recurso estratégico como objecto da estratégia directa. O outro desafio assenta num terrorismo tecnológico sem limites éticos ou materiais. Estamos perante conflitos assimétricos que implicam respostas novas e em tempo. Agora é oportuno perguntarmo-nos se as guerras clausewitzianas estão ou não patentes nesta nova tipologia de fazer guerra. Segundo o nosso Regulamento de Campanha, os conflitos armados contemporâneos possuem características próprias em que a concepção trinitária da guerra, continua no entanto a ser-lhes aplicada, mas devidamente adaptada ao seu contexto estratégico.

No novo contexto internacional, a conflitualidade poderá resultar de uma combinação de diferentes tipos de guerra onde estão presentes actores estatais ou não-estatais, com diferentes potenciais relativos de combate e diferentes recursos, de modo a explorar e tirar partido de uma vantagem perante o oponente. Para procurar definir o espectro da conflitualidade actual, contamos com a ajuda do Regulamento de Campanha como base e

nas conceptualizações de duas pessoas que pelas suas obras³, consideramos influentes neste assunto, o Doutor Steven Metz – professor dos assuntos de segurança nacional dos Estados Unidos da América (EUA) e o Tenente-Coronel Raymond Millen, director dos assuntos de segurança regional dos EUA.

Assim consideramos como natureza da tipologia dos conflitos armados, a existência de Guerras Formais ou Inter-estatais, Guerras Informais ou Intra-estatais e por fim Guerras Ambíguas ou não-estatais.

As Guerras Formais ou Inter-estatais são guerras internacionais entre entidades estatais, de acordo com o modelo então definido por Clausewitz, que se apresenta em três tipos de conflito. Uma variante simétrica opondo dois Estados modernos ou pré-modernos com potenciais relativos semelhantes. Uma variante de assimetria positiva que opõe um Estado pós-moderno a um Estado moderno ou pré-modernos, ou seja, patentes contendores de potencial relativo desequilibrado. A assimetria positiva traduz-se no uso de potencialidades por parte de um contendor de modo a obter vantagem perante um dispositivo inimigo claramente de potencial relativo inferior.

As Guerras Informais ou Intra-estatais, são de carácter transnacional ou internas (no interior de um Estado) e onde pelo menos um contendor é uma entidade não-estatal. Este tipo de conflito apresenta duas variantes. A primeira é uma variante simétrica onde duas ou mais entidades não-estatais se opõem perante uma região de fraca ou ausência de afirmação de poder estatal. Esta pode vir a assumir uma relevância transnacional. A segunda variante assume-se como sendo de uma assimetria negativa, em que entidades estatais modernas ou pós-modernas e entidades não-estatais se opõem, numa tentativa de afirmação de poder. A assimetria negativa revela-se pelo facto de envolver uma ameaça às vulnerabilidades detectadas num dispositivo inimigo, que comporta potencial relativo superior. Tanto uma como outra variante apresentam características de uma guerra civil ou interna.

Por fim, como última tipologia abordada, temos as Guerras Ambíguas ou não-estatais. São consideradas por um caso particular de guerra informal assimétrica, mas marcada essencialmente pela acção de actores não-estatais de origem criminosa. São guerras transnacionais, mas ao mesmo tempo de natureza mal definida contra grupos de criminosos, supostamente organizados em rede que procuram tirar partido da tecnologia e informação desenvolvida. Estes grupos não têm rosto nem fronteiras e provocam actos de guerra indiferenciados e intemporais e trazem grandes desafios ao nível da segurança internacional.

³METZ, Steven e MILLEN, Raymond (2003). *Future War/Future Battlespace*.

Em suma, perante uma ameaça quer interna quer externa, que comporta riscos diversificados, de uma incerteza tal e utilizando métodos que fogem ao tradicional, qualquer Nação vê com maus olhos a quebra da sua própria segurança. Há que procurar respostas para este novo tipo de ameaças, que por excelência utilizam a assimetria de forças como vantagem. As respostas querem-se tanto nos aspectos militares, como nas dimensões política, social, económica e ambiental. A máquina militar tem de se moldar rapidamente e lutar em busca da prevenção. Antecipar os acontecimentos, o que implica prever as acções e medidas a tomar.

1.2. A UTILIDADE DA FORÇA NOS VARIADOS AMBIENTES CONFLITUAIS

A natureza das operações militares actuais é bastante diferente das do passado. Hoje fala-se em operações de paz, operações humanitárias para o auxílio de povos mais desfavorecidos ou quando estes entram em conflito e infringem o estabelecido e ratificado pelo direito internacional humanitário. A nova forma de fazer a guerra é apelidado de “guerra entre pessoas”⁴, em vez da tradicional guerra industrial. A diferença está em que a força militar já não é mais utilizada para resolver o assunto destruindo o adversário, mas sim para criar condições para a resolução dos objectivos estratégicos.

Vivemos num mundo de confrontações e conflitos, sejam eles entre Estados ou entre um Estado e actores não-estatais. Os confrontos militares decorrem em qualquer lugar na presença de civis, contra civis, na defesa de civis. O *modus operandi* do opositor tem como objectivo: criar desordem, promover a sua causa por actos públicos (propaganda) ou aplicar uma estratégia de provocação.

Hoje em dia combate-se de maneira diferente do convencional, este desenvolve-se no meio das pessoas. Os conflitos tendem a ser intemporais, combate-se para preservar a força. As partes envolvidas nos conflitos são na sua maioria actores não-estatais e a todo o momento, são encontradas novas formas de emprego para armas e organizações.

Perante este cenário de confrontação e de conflito, a força militar é chamada e passa a ser empregue com o objectivo de adquirir informação⁵, para poder apoiar outros domínios que levam ao sucesso das acções tácticas.

O General Rupert Smith afirma que a “Guerra entre as pessoas” será mais bem conduzida como uma operação de informações. A força militar quando envolvida num confronto ou conflito político, desempenhará tarefas como melhorar, conter, deter e destruir. As duas primeiras, podem ser utilizadas mesmo que o objectivo político não esteja

⁴SMITH, Rupert, cit 1, p. 267.

⁵SMITH, Rupert, cit. 1, p. 390 “...the priority design determinant of the strategy and campaign is the acquisition of information, to learn about the enemy and the people...”.

perfeitamente definido. As duas últimas, só se executam numa situação de esclarecimento total acerca do resultado político desejado. Porém, quanto mais em apoio de outros estiver a força militar, mais perto se está de conseguir atingir o objectivo estratégico. O confronto do campo de batalha é definido não só pelas partes envolvidas, mas também pelo domínio dos poderes (económico, diplomático, político, humanitário, etc.) sendo desta forma imperativa a compreensão dos seus pontos de vista e dos seus desejos de resultados.⁶ O emprego de uma força militar pode ser visto não de uma forma contínua, mas por exemplo na execução de um “*raide*”⁷ em que tem lugar uma operação cirúrgica.

O que deve ser feito?⁸ É a questão que se levanta de modo a reflectir a forma de como utilizar a força. O principal objectivo na guerra entre as pessoas é conquistar a mente delas. A força deixa de ser utilizada directa ou estrategicamente. Deve existir a preocupação primária em estabilizar a situação à medida que o objectivo é conseguido através de outros meios que não o ferro e fogo.

A informação é o talismã do nosso compromisso, enquanto o poder de fogo é a moeda da batalha. A informação ajuda a compreender a natureza da confrontação presente e sem ela, não se pode isolar o oponente, não se pode ter a certeza dos alvos, e não se pode ir contra a lei. Toda a informação deve ser divulgada e as pessoas têm de ser esclarecidas acerca do motivo que leva à presença de uma força militar no local.

É importante reconhecer o conceito da guerra entre as pessoas e pensar sobre o uso da força militar nesse sentido. Porém não nos podemos esquecer que embora este conceito seja válido, também há que considerar a guerra no espaço e no ciberespaço conduzida pelas super-potências.

1.3. DEFINIÇÃO DO CAMPO DE BATALHA ACTUAL

Tendo como referência o Regulamento de Campanha – Operações e não obstante o anteriormente referido, o campo de batalha inclui o ambiente, factores e condições que os comandantes devem compreender para aplicar com sucesso o potencial de combate, de forma a garantir a protecção da força e o cumprimento da missão. São partes integrantes: as condições meteorológicas, as considerações civis, o terreno e a ameaça. Para isso a informação deve ser explorada ao máximo, de modo a facilitar e apoiar a decisão dos comandantes.

⁶SMITH, Rupert, cit. 1 p. 403.

⁷FREIRE, Miguel (2006). “A Utilidade da Força. A Arte da Guerra no Mundo Moderno”, in *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. Internet: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=369, consultado em [21 de Março de 2008].

⁸SMITH, Rupert, cit 1, p. 371.

A transição entre operações correntes e futuras, decorre da capacidade e experiência que o comandante tem, fruto dos seus conhecimentos profissionais que possibilitam uma visualização do campo de batalha.

Nos dias de hoje, os desafios exigem que a comunidade internacional faça uma abordagem global que envolva um amplo espectro entre civis e instrumentos militares, respeitando totalmente a autonomia dos mandatos e decisões de todos os actores, e prevendo precedentes para esta abordagem.⁹ O ambiente actual é complexo, global e em constante mudança. A tipologia das operações actuais ocorre principalmente nas áreas edificadas, o que nos leva cada vez mais para uma guerra em ambiente urbano.

Condições Meteorológicas: estas são um fenómeno climático que estão em constante mudança. A temperatura tem vindo a aumentar, o que contribui para desastres ecológicos.¹⁰ Independentemente das causas das tendências actuais, as latitudes mais altas irão aquecer, enquanto que as latitudes mais baixas se mantêm. As áreas de terra estão a sofrer aquecimento maior do que os oceanos. A pluviosidade também tem sido factor de aumento, principalmente no que se refere a grandes precipitações em curtos períodos de tempo. Tem sido tendência crescente o aparecimento com frequência e intensidade de variadíssimos fenómenos naturais (secas, cheias, tornados, etc.). Uma grande preocupação tem sido a diminuição de fontes naturais de água potável por todo o mundo. A morte das florestas e os desastres ecológicos constituem grandes desafios à humanidade. O aquecimento global podia ser diminuído, se os gases que originam o efeito de estufa fossem limitados de modo a estabilizar a atmosfera.

As forças militares têm de estar preparadas para intervir nos variadíssimos conflitos, mas também têm de estar precavidas com as catástrofes naturais, provocadas pelas alterações climáticas.

Embora uma unidade de tropas Comando tenha de estar apta a actuar em condições de extremo calor ou frio, os conflitos actuais de um modo homogéneo desenrolam-se em zonas do globo com temperaturas e condições meteorológicas adversas enquanto que, em território nacional só se consegue treinar tais condições em alturas sazonais. A questão das condições meteorológicas conduz ao surgimento de conflitos ambientais globais¹¹. Os conflitos poderão resultar entre “quem causa” e “quem sofre” as consequências dos

⁹NATO HQ (2006). *Riga Summit Declaration*, Bruxelas, Bélgica, 29 de Novembro.

¹⁰Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) (2007). “*Climate change 2007: The Physical Science Basis*, Summary for policymakers”, Internet: <http://www.ipcc.ch/SPM2feb07.pdf>, consultado em [10 de Abril 2008]. “According to the estimations of the IPCC, the increase in the global mean temperature by 2100 could range from 2,5 - 5,0°C or higher, particularly in the polar areas of the globe and tropics. Some uncertainties arise regarding how warming, in connection with growing evaporation and condensation of water, will affect cloud formations and what this impact will be on the climatic system”.

¹¹MESTRE, José (2006). “Segurança Ambiental e terrorismo”, in *Revista Militar*, Internet: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=51>, consultado em [7 de Abril 2008].

fenómenos globais. Os actores envolvidos (os Estados) podem ser em maior número do que o esperado.

No ambiente urbano, os principais aglomerados populacionais encontram-se junto ao litoral ou a rios onde potencia o aparecimento de humidades e nevoeiros. A luz do dia e o período nocturno provoca determinados mascaramentos dos quais uma força militar pode beneficiar ou interferir na missão. A transferência de uma operação militar de uma zona aberta para uma área urbana, traz adaptações ao nível das condições meteorológicas.

A População: no século XVI a Terra tinha uma população de 450 milhões, no início do século XX já tinha 1,5 mil milhões de pessoas. Bastou um século para acrescentar mais de mil milhões. Hoje existem mais de 6 mil milhões e prevê-se que atinja os 10 mil milhões no ano 2050.¹² Seis países serão responsáveis por metade do crescimento (China, Índia, Paquistão, Nigéria, Bangladesh e Indonésia). O crescimento da população está a levar a um aumento da extrema pobreza, embora o crescimento económico pareça estável. Nos países menos desenvolvidos, o crescimento de pequenas minorias ricas e o aumento da pobreza, favorece o descontentamento e a violência. A queda de algumas economias cria desordem e estabelece condições de miséria. Nesta perspectiva, a tentativa da redução ou libertação da pobreza por parte de alguém de forma convicta, é encarado com bons olhos. São normalmente os senhores da guerra, grupos traficantes de droga e crime organizado, chefes tribais que auxiliam, mas deixam um rasto de marginalização.

Derivado da demografia em causa, aparecem os mais variados conflitos:

Os conflitos etno-políticos¹³ ocorrem quando há partilha por grupos étnicos de uma mesma área ambientalmente degradada com recursos improdutivos, ou, de uma mesma área com graus diferentes de produtividade. A escala de conflito é provocada por recursos insuficientes e as confrontações ocorrem quando há acto de invasão.

Os conflitos centro-periferia ocorrem nas sociedades em desenvolvimento. Um dos grupos é altamente dependente do capital natural e colide com o interesse de outros.

A provocação de fenómenos migratórios dentro do próprio Estado dá origem a conflitos de migração regional. As populações têm tendência em procurar regiões mais férteis disputando os recursos disponíveis.

Os conflitos de migração transnacional podem ser semelhantes aos anteriores, decorrer de causas não ambientais como a guerra ou outros actos que impelem à fuga (a falência da acção dos governos, exclusão social, etc.).

Nas sociedades menos desenvolvidas, os conflitos com migração de origem demográfica surgem quando o aumento da densidade e por consequente da exploração dos

¹²RAMONET, Ignácio (2002). *Guerras do Século XXI*, p. 25.

¹³Exemplos deste tipo de conflitos são os ocorridos, respectivamente no Ruanda e entre o Bangladesh e a Província Indiana de Assam.

recursos provoca uma degradação ambiental. A permanência das populações em zonas não autorizadas cria sentimentos de discriminações e hostilidade.

Em suma, as migrações são tendencialmente marcadas por deslocações para as zonas densamente povoadas, grandes centros urbanos, sendo este o palco dos principais conflitos dos nossos dias.

O Terreno: é coisa do passado imaginarmos um terreno vasto e livre de obstáculos, onde dois adversários se avistavam mutuamente de cada lado do horizonte prontos para um confronto do qual quem ganhasse levava a sua condição avante. O terreno é hoje também um dos principais motivos de conflito, por exemplo devido à partilha de bacias hidrográficas e a importância estratégica atribuída à água.

O terreno do campo batalha não mudou, o local escolhido para se desenrolarem conflitos é que é diferente. Das zonas montanhosas às planícies, da vegetação densa até ao deserto, os países têm as mesmas configurações que sempre tiveram. O médio oriente sempre foi uma zona arenosa, no continente africano deparamo-nos com o aumento da desertificação e com as extensas áreas de pura selva, ao invés dos países nórdicos, que sempre tiveram o seu relevo mais acentuado e as condições climáticas provenientes da altitude. Agora, uma vez que a guerra é feita entre as pessoas, verificamos que a grande preocupação é os grandes centros urbanos.

É complexo e difícil de actuar no terreno urbano. Não se consegue definir um tipo concreto de área edificada devido às suas variadas formas e tamanhos quer de edifícios ou ruas. Os mapas e cartas militares de um terreno urbano não traduzem o detalhe necessário para uma missão¹⁴ e carecem de actualização permanente uma vez que uma área urbana está sempre a sofrer alterações (construção de novas infra-estruturas ou destruição das antigas).

Entramos num campo de batalha multidimensional¹⁵ onde os espaços, interno e externo contemplam inúmeras preocupações. Dentro destes parâmetros, o combate desenrola-se debaixo do solo, ao nível das ruas, acima do solo dentro e em cima dos edifícios¹⁶.

“Na madrugada de 20 de Março de 2003 começaram os bombardeamentos norte-americanos em Bagdade, no Iraque.”¹⁷ As forças militares terrestres americanas partem do Kuwait. Duas semanas foram suficientes para que a 9 de Abril de 2003 fosse anunciada a queda do regime de Saddam com a entrada sem resistência das tropas americanas no coração da capital do Iraque. Pretende-se com este exemplo verificar que, com toda a

¹⁴US Field Manual 90-10-1 (1993). *An Infantryman's Guide to Combat in Built-up Areas*, p. 2-6.

¹⁵US Field Manual 3-06 (FM 90-10) (2003). *Urban Operations*, p. 1-1.

¹⁶Escola Prática de Infantaria (1996). *Manual de Combate em Áreas Edificadas*, Capítulo I, p. 1.

¹⁷“Bush anuncia início do Conflito” (2003). in *Correio da Manhã*, 20 de Março. “A esta hora, as forças norte-americanas deram início às operações para desarmar o Iraque”

máquina de guerra montada, invadir uma extensão de território como a do Iraque foi relativamente rápido. Muito complicado e complexo, é o facto de actualmente ainda não se conseguir controlar o interior dos centros urbanos, perante um clima de hostilidade.

A Ameaça: “as ameaças são hoje menos visíveis, mas mais variadas e subtis do que em anos passados, o que aumenta a dificuldade em as perceber e conhecer, e as torna mais imprevisíveis”¹⁸. O campo de batalha ficou menos estável, mais incerto e perigoso. A ameaça constitui um factor de risco no âmbito internacional porque dá origem à geração de conflitos. Estes acontecem principalmente nos designados:

- Estados Pária¹⁹;
- Estados em disputas de território;
- Estados desagregados de regimes autoritários;
- Estados com regimes ditatoriais em colapso.

As forças militares convencionais têm de se encontrar preparadas e treinadas para intervir em ambiente urbano prontas para contracenar com forças paramilitares, guerrilhas, terroristas insurrectos, grupos criminais e manifestações de população revoltada, entre outras possibilidades. Tendencialmente, uma força militar consegue prever ameaças e descrevê-las doutrinariamente, mas cada vez mais terá de enfrentar novos perigos que transcendem tudo aquilo para o qual se está preparado ou treinado. Aos militares, exige-se uma maior preparação moral, material e de prontidão necessária para reagir. A opinião pública, pelo facto de a ameaça se encontrar invisível, tem ideia que ela não existe. No entanto, as ameaças não desapareceram e quando acontecem, necessitam normalmente de uma intervenção militar.

O campo de batalha dos dias de hoje é cada vez mais assimétrico. Apesar da grande tecnologia e poder bélico apresentados pelos grandes exércitos, o carácter assimétrico dos conflitos, leva a que os adversários recorram a capacidades bastante inferiores para fazer frente. O terrorismo é impreciso, é utilizado como um recurso à violência²⁰ afim de tentar mudar a ordem política. Uma das maiores ameaças no futuro será o domínio de armas de

¹⁸BARRENTO, Martins (2008). “Instituição Militar – Alguns Problemas Actuais”, in *Revista Militar*, Internet: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=249>, consultado em [12 de Abril de 2008].

¹⁹CHOMSKY, Noam (2003). *Estados Pária*. “O termo (Estado Pária) tem duas acepções: uma propagandística, aplicada a uma série de inimigos, e uma literal, aplicada aos Estados mais poderosos que não se consideram sujeitos a normas internacionais. *Estados Párias* avalia assim os Estados Unidos e os seus aliados pelos valores que proclamam, responsabilizando-os pelas acções indefensáveis que empreendem em nome da democracia e dos direitos humanos. A hipocrisia política e o abuso de poder fazem destes os verdadeiros Estados Párias, agindo em função de interesses próprios e de dominação, alimentando conflitos regionais violentos nos Balcãs, no Sudeste asiático, na América Central ou no Médio Oriente, cada vez mais abertamente à revelia das Nações Unidas e da jurisprudência internacional.”

²⁰RAMONET, Ignacio, cit.12, p. 52.

destruição maciça por parte de terroristas transnacionais²¹ para a humanidade. Há interesses para mudar a ordem política, de qualquer forma ou método.

“À medida que as ameaças transnacionais aumentam, os Estados irão não apenas começar a questionar as normas de Vestefália²², que traçam distinções claras entre o que é nacional e o que é internacional, mas também a alargar os seus conceitos de segurança e defesa. Muitas das novas ameaças, não serão susceptíveis de solução por parte de exércitos disparando explosivos potentes.”²³

Após análise das quatro vertentes do campo de batalha, podemos resumir que as condições climatéricas podem influenciar de modo muito significativo a tomada de decisão, sendo necessário adquirir técnicas e procedimentos para ultrapassar as dificuldades criadas. As populações são cada vez mais grandes influenciadoras e ao mesmo tempo intervenientes, gerando conflitos independentemente das considerações humanas. Vêm ao de cima factores como as etnias, as religiões, a economia, as fronteiras e a política, que não sendo novidade, contribuem para os acontecimentos. A análise do terreno é muito importante, pelo que o seu estudo adequado continua a permitir obter vantagem.

Por fim, a ameaça é uma incógnita podendo surgir quando menos se espera. Vimos que o ambiente urbano é o culminar da importância destes factores. Entrou-se numa nova dimensão onde se conjuga e leva a novos e variados desfechos.

Há um risco, caso grupos terroristas através da proliferação de armas de destruição maciça, desenvolvam armas químicas e biológicas e obtenham tecnologia de ponta, sem capacidade de controlo. “São as forças militares chamadas cada vez mais a ter um papel de maior envolvimento nos actos terroristas, tanto ao nível interno do próprio Estado, como externo e ao abrigo das organizações internacionais.”²⁴

2. RESENHA HISTÓRICA E ENQUADRAMENTO

2.1. NASCIMENTO DOS COMANDOS

A ideia e o espírito de criar os Comandos poderão ter nascido em Mafra, na secção de Educação Física da Escola Prática de Infantaria. Segundo testemunho de Martins Marquilhas, “a instrução especial para uma tropa daquele género carecia de uma condição física excepcional, para a qual era preciso uma instrução de educação física aplicada.”²⁵ Há

²¹ NYE, Joseph (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais - Uma Introdução à Teoria e à História*, p. 272.

²² INFOPÉDIA (2003-2008). *Tratado de Vestefália*, Internet: [http://www.infopedia.pt/\\$tratado-de-vestefalia](http://www.infopedia.pt/$tratado-de-vestefalia), consultado em [24 de Abril 2008]. “Tratado assinado em 1648, ... pôs termo à Guerra dos Trinta Anos...”

²³ NYE, Joseph, Cit. 21, p. 273.

²⁴ NATO (2007). *Future Security Environment*, p. 14.

²⁵ MARQUILHAS, Martins – *Instruir Comandos*. in: ANTUNES, José Freire [et al.] *A Guerra de África (1961-1974)*, p. 702.

também registos do envio à Argélia de um grupo de Oficiais com a finalidade de entrar em contacto e beber do conhecimento com as tropas especiais francesas que lá se encontravam em bivaque. “A organização e os princípios organizativos dos Comandos portugueses foram inspirados na Legião Estrangeira francesa e nos pára-comandos belgas.”²⁶ Foi conduzida por alguns oficiais franceses uma palestra em território nacional acerca de guerra subversiva e contra subversão. Contudo é ao Major de Artilharia Gilberto Santos e Castro²⁷, que se reconhece o mérito de ter sido o fundador das tropas Comando, por ter sido o primeiro comandante do Centro de Instrução de Comandos em Angola.

Segundo a Associação de Comandos, é nos finais da década de 50 que surge entre os responsáveis pelas FA, a ideia de preparar tropas, dotadas de treino e de conhecimentos capazes de fazer frente a um eventual surto de subversão que pudesse vir a desenrolar nas nossas colónias ultramarinas. Tudo isto, na sequência do processo de independência em curso que se alastrava a quase todas as colónias europeias em África.²⁸

De acordo com estas medidas, nasceram no Exército Português as tropas Comando. Caracterizados como sendo forças especiais para fazer face a um opositor que aplicava técnicas de guerrilha, os Comandos foram empregues na guerra em Angola em 1961, e mais tarde na Guiné e em Moçambique.

A criação dos Comandos, pressupunha passar a ter capacidade de realizar acções especiais em território nacional ou internacional, combater como tropas de infantaria de assalto e dotar os altos comandos políticos e militares de uma força capaz de realizar operações irregulares.²⁹

“Na sua história, os comandos foram formados em Zemba (Angola) a partir de 25 de Junho de 1962, em Quibala (Angola) desde 30 de Junho de 1963, em Namaacha (Moçambique) desde 13 de Fevereiro de 1964, em Brá (Guiné) desde 23 de Julho de 1964, em Luanda (Angola) a partir de 29 de Junho de 1965, em Lamego (Portugal) desde 12 de Abril de 1966 e em Montepuez (Moçambique) a partir de 1 de Outubro 1969.”³⁰ Desde 1 de Julho de 1974 e após a guerra Colonial os Comandos foram formados na Amadora até Dezembro de 1993, data em que o Regimento de Comandos é extinto.

²⁶“Como nasceram os Comandos” (2001), in *Comandos – Tropa de Elite*, Internet: <http://comandosportugal.no.sapo.pt/>, consultado em [12 de Março 2008].

²⁷AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos (2005). *Guerra Colonial*, p. 205. “...primeiro Comandante do Centro de Instrução de Comandos em Angola, criado em 29 de Junho de 1965.”

²⁸“Breve Síntese Histórica”, in *Associação de Comandos*, Internet: http://www.associacaocomandos.pt/MAIN/acp_1_1_oscomandos.htm, consultado em [11 de Março 2008].

²⁹“Como nasceram os Comandos” (2001), in *Comandos – Tropa de Elite*, Internet: <http://comandosportugal.no.sapo.pt/>, consultado em [11 de Março 2008].

³⁰“Como nasceram os Comandos” (2001), in *Comandos – Tropa de Elite*, Internet: <http://comandosportugal.no.sapo.pt/>, consultado em [12 de Março 2008].

Durante todo este período, a preparação psicológica para a guerra foi o aspecto que mais distinguiu os Comandos, pois era a parte mais marcante em toda a instrução. A formação de Comandos, procura criar militares auto-disciplinados, competentes, eficazes e aptos a lutar nas mais duras condições de combate.

São prova destas afirmações, as variadas missões de sucesso bem como o reduzido número de baixas. “Os Comandos constituíram cerca de um por cento do conjunto de efectivos empenhados em toda a guerra colonial, mas o número dos seus mortos é de cerca de dez por cento do total de baixas, uma percentagem dez vezes superior à das tropas regulares. Também é voz corrente que os Comandos terão eliminado mais guerrilheiros e capturado mais armamento do que a restante tropa.”³¹

2.2. DESACTIVAÇÃO DOS COMANDOS EM 1993

A desactivação do Regimento de Comandos reporta diversos pontos de vista. É com a transferência do corpo de Tropas Pára-Quedistas para o Exército que se abre um novo ciclo. É criada a Brigada Aerotransportada Independente (BAI) que iria albergar os Comandos e os Pára-quedistas. O Regimento de Comandos era extinto, embora tivessem sido dadas garantias da especialidade ser ministrada não na Amadora mas sim em Lamego nas instalações do actual Centro de Tropas de Operações Especiais.

A extinção deveu-se à reestruturação do Exército, com vista a atingir a finalidade de modernização das FA, segundo afirmação do Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME) da altura, General Cerqueira Rocha.³²

Segundo Matos Luís, “Os Comandos tinham uma mística muito especial; sintetizaram a originalidade da contribuição militar portuguesa para a guerra do século XX; eram uma tropa eficaz e barata; a hierarquia militar usou-a para a guerra mas nunca apreciou o seu estilo original, descontraído e irreverente”³³, esta interpretação pode ter sido um dos motivos da desactivação. De certa forma, foi um desfecho marcado por alguma contestação e revolta, mas que deu origem a que o “espírito Comando” nunca se apagasse.³⁴

³¹AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos, cit.26 p. 205.

³²MASCARENHAS, Eduardo (1993). “O Fim de uma era de Comandos”, in *Diário de Notícias*, 17 Dezembro.

³³MATOS, Luís – Estado Novo. in: TEIXEIRA, Nuno Severiano (2004). [et al.] *Nova História Militar de Portugal*, p. 175.

³⁴O que veio a confirmar-se com o 99ºCurso de Comandos, ministrado em Lamego no ano de 1996, unicamente para Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente – Curso de Instrutor Monitor Comando.

2.3. A REACTIVAÇÃO DOS COMANDOS

Após ter sido constituído um grupo de trabalho com a finalidade de estudar e planear o levantamento do Batalhão de Comandos, a 16 de Setembro 2002, a especialidade é reactivada. Assim, a 21 de Dezembro com a conclusão do curso, a unidade de Comandos é de novo activada, desta vez na Serra da Carregueira, no Regimento de Infantaria (RI) nº1. Este acontecimento decorre mais uma vez no âmbito da reestruturação em curso operada no Exército. Esta transformação foi fruto do aprofundamento do processo de organização do Exército expresso na Directiva nº263 de 2001 do General CEME. A necessidade de haver Comandos prende-se com o facto de fazer face aos complexos desafios do actual campo de batalha.

Novas situações de conflito mundial estão bem patentes nos nossos dias e torna-se imperativo existir forças militares bem preparadas física e psicologicamente. “Os Comandos são para o Exército uma fonte de recrutamento preciosa, numa fase em que o Serviço Militar atravessa mudanças com vista à sua exclusividade de regime voluntariado e contrato.”³⁵ O objectivo passa também por aumentar o peso relativo das Forças Especiais. No âmbito da componente operacional é levantado um Batalhão de Comandos a duas Companhias de Comandos com a missão³⁶ de:

- Preparar e conduzir operações de combate em condições de elevado risco de exigência;
- Participar nas actividades de cooperação técnico-militar, prioritariamente com a comunidade de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP);
- Estar preparado para participar em operações de apoio à paz e humanitárias;
- Colaborar na formação da especialidade Comandos;
- Assegurar a Instrução e o Treino Operacional das duas subunidades, de acordo com as directivas do escalão superior.

Com a constante reestruturação do Exército não tem sido fácil atribuir uma Unidade aos Comandos, pelo que deixaram de pertencer ao RI 1 e deslocaram-se para a região do Alto da Vela em Mafra onde a unidade passou a ser designada por Centro Tropas Comandos (CTC), de acordo com a sua integração na Brigada de Reacção Rápida (BRR) mas dependente da EPI. Contudo, foi determinado o regresso à Carregueira para consequente instalação no aquartelamento do RI 1, tendo em vista a implementação do actual Quadro Orgânico de Pessoal (QOP) nº24.0.23 do Batalhão de Comandos aprovado a

³⁵MEDEIRO, Dora (2003). “Comandos, o Antes e o Depois”, in Homen, *Edições Pró-Homem*, nº175, Outubro, p. 26.

³⁶ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (2002). Quadro Orgânico de Pessoal nº6.7.516, Batalhão de Comandos, 12 de Maio.

27 de Novembro de 2007, onde existem algumas alterações que veremos mais à frente. O aquartelamento do RI 1 deu lugar ao CTC.

2.4. MISSÕES E TIPOLOGIAS DA FORÇA

De acordo com o último QOP aprovado para o BatCmds, esta unidade tem por missão conduzir operações de combate convencionais de natureza eminentemente ofensivas, de forma independente ou em apoio de outras forças, em condições de elevado risco³⁷ e exigência.

As operações de combate devem ser entendidas como todas aquelas em que é necessário o emprego do combate tático para alcançar os objectivos definidos³⁸, empenhando-se combinando o fogo com o movimento.

As operações militares dividem-se em paz, em crise e em guerra, sendo a fronteira entre elas definida em função dos objectivos e finalidades a atingir. Utiliza-se os meios de coação de diferentes formas, fazendo o uso da força ou a ameaça deste em todo o espectro. As operações caracterizam-se pelo nível do uso da força empregue, tendo desde as CRO até operações de guerra mediante o consentimento das partes envolvidas. Neste espectro, elas podem ser de combate ou não-combate.

As condições de exigência das tropas Comando assentam na sua formação, com uma forte componente física e psicológica de modo a poderem intervir no espectro de operações descrito.

Os Comandos assumem-se como forças ligeiras, com capacidade de projecção imediata, elevada capacidade técnica e tática. É uma força que possui grande flexibilidade de emprego (adaptação ao material e equipamento disponível bem como ao meio ambiente do TO) e elevado estado de prontidão. Capitaliza factores decisivos como a surpresa, a velocidade, a violência e a precisão do ataque.

2.5. POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

As tropas Comando, como todas as forças, têm um quadro de possibilidades para o qual o seu emprego será mais adequado. Nesta óptica, tendo como referência o QOP do BatCmds em vigor, os Comandos de acordo com as suas possibilidades:

- Constituir-se como unidade de intervenção imediata em qualquer Teatro de Operações (TO);

³⁷US Field Manual 1-02 (2004). Operational Terms and Graphics, p. 1- (183-184). “O Risco pode ser tático, preocupado com os perigos que existem por causa de um inimigo ou adversário – ou Risco de acidente todos os riscos fora da consideração tática, como por exemplo riscos das nossas forças, ou de operações civis.

³⁸ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (2005). Regulamento Campanha 130-1, Operações – Parte I, Cap. II, Sec. IV.

- Executar operações ofensivas em profundidade na área da retaguarda do Inimigo;
- Participar na defesa de pontos sensíveis, perante a ameaça a instalações críticas;
- Participar na segurança da área da retaguarda (SAR) como força de intervenção perante a ameaça de tropas especiais Inimigas, guerrilhas ou terroristas;
- Executar marcha para o contacto, actuando particularmente na modalidade de “busca e ataque”, num contexto de contra-guerrilha em ambiente de contra-insurreição³⁹;
- Executar operações aeromóveis;
- Executar operações em ambientes específicos;
- Reforçar forças cercadas;
- Participar com as suas companhias em:
 - CRO, com prioridade para as operações de Imposição da Paz (PE – *Peace Enforcement Operations*) e na evacuação de cidadãos nacionais Não-Combatentes (NEO – *Non-combatent Evacuation Operations*⁴⁰) a viver fora do território nacional, em ambiente incerto e hostil;
 - Operações de combate ao terrorismo;
- Participar em projectos de cooperação técnico-militar, no âmbito da sua tipologia de força.

Como qualquer outra força também esta apresenta limitações. Quando empregue em operações convencionais, não dispõe de capacidade própria de Apoio de Serviços (uma vez que as operações estão estipuladas para decorrer durante curtos períodos, de 3 a 5 dias) e de capacidade orgânica de apoio de combate ao nível de escalão Batalhão (o apoio deve estar residente ao nível das companhias inserido em qualquer um dos quatro Grupos garantindo a transversalidade dessa capacidade). Quando confrontados num terreno adequado a uma ameaça blindada ou mecanizada, a actuação das forças Comandos carece de capacidade de sustentação e de defesa.

³⁹AAP – 6 NATO (2007). Glossary of Terms and Definitions, p. 2-G-3 e p. 2-C-17.

- *Guerrilha*: Acções levadas a cabo por Forças Irregulares, conduzidas em território hostil ou inimigo para fazer frente às Operações Militares e Paramilitares.
- *Contra-guerrilha*: são operações e actividades conduzidas por FA, Forças Paramilitares ou agências não militares contra as guerrilhas.

⁴⁰AAP-6 NATO (2007). Glossary of Terms and Definitions, p. 2-N-4. e US Field Manual 1-02 (2004). Operational Terms and Graphics, p.1-133.

- *Operações de Evacuação de Não Combatentes* (NEO): envolve o uso de força militar no território de outro estado, sem ou com o consentimento para retirar cidadãos nacionais em risco de vida devido a guerra, guerra civil ou desastres naturais.

Após definidas as capacidades e limitações das tropas Comando, estamos em condições de referir em que circunstâncias poderão ser aplicadas.

2.6. CONCEITO DE EMPREGO

A célula base da orgânica de uma unidade de Comandos é a Equipa de Comandos⁴¹, constituída por cinco elementos (1 sargento e 4 praças)

Numa primeira fase, os Comandos organizaram-se em grupos⁴²:

- 1 Equipa de comando (um oficial, um radiotelefonista, um auxiliar de enfermeiro-socorrista, dois atiradores);
- 3 Equipas de manobra (um sargento, quatro atiradores);
- 1 Equipa de apoio (um sargento, um apontador de lança-foguetes, um municionador, dois atiradores).

Contudo, este tipo de organização sofreu alterações com o decorrer dos tempos, embora a célula base se tenha mantido até aos dias de hoje. Desenvolvem e definem-se técnicas de combate com base no passado mas, de modo a acompanhar a permanente evolução e inovação do futuro.

Uma Companhia de Comandos é constituída por:

- 1 Comando⁴³;
- 1 Secção de Comando⁴⁴;
- 4 Grupos de Combate;

O Grupo de Combate é actualmente constituído por:

- 1 Equipa de Comando (um oficial, um sargento e uma praça);
- 6 Equipas (que se podem agrupar duas a duas constituindo três subgrupos, número este que se torna variável de acordo com a missão);

Durante a Guerra Colonial, as Companhias de Comandos, organizaram-se de acordo com as diversas situações e circunstâncias. É possível fazer um balanço, chegando à conclusão da aplicação de dois modelos principais no decorrer da guerra. Eram designadas dois tipos de companhias, uma ligeira e outra pesada, tendo esta última, uma componente de apoio de serviços.

⁴¹Ficha de Instrução Individual do CTC, TCB (21) - 03 - 09, p. 1-2. "A Equipa de "COMANDOS" é constituída por homens capazes, bem instruídos e treinados sobre todos os aspectos, particularmente no âmbito da técnica individual de combate e emprego do armamento que lhe está distribuído para a missão a desempenhar. Cada "COMANDO" da Equipa deve ser preparado física, psíquica e moralmente para enfrentar qualquer situação de combate. Sem essa preparação não será possível obter os resultados brilhantes e compensadores que de si são esperados".

⁴²AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos, cit.27, p. 200.

⁴³Comando da Companhia é comandado por um Capitão, coadjuvado por um oficial subalterno, um sargento-ajudante e um cabo.

⁴⁴Secção de Comando é constituída por três sargentos e uma praça.

Os Comandos actuavam como força de intervenção, destinados a servir de reforço temporário a unidades em quadrícula. Souberam aproveitar militares oriundos dos próprios teatros de combate, uma vez que era importante adquirir o conhecimento do meio ambiente, da língua, do terreno e dos hábitos. Era feita uma espécie de mistura entre os Comandos recrutados localmente e os vindos da metrópole.

Actualmente, o conceito de emprego é semelhante, assumem-se os Comandos como uma tropa de intervenção. Com o evoluir dos tempos a abertura das mentalidades, também fruto da introdução de novas tecnologias leva a um aumento da parceria de conhecimentos e culturas. Esta valência permite a obtenção de informações necessárias e concretas para cumprimento das missões atribuídas. Estas mudanças têm impacto nas estruturas dos exércitos e na interoperabilidade dos mesmos.

No espectro das operações militares actuais, uma Companhia de Comandos pode ser empregue num TO de alta ou de média/baixa intensidade.

- Um ambiente de alta intensidade, deve ter em linha de conta as especificidades intrínsecas dos Comandos. Todavia, pode executar missões num largo espectro de operações tendo como referência a tipologia de operações OTAN. Inseridas num TO de alta intensidade executa ou participa operações no âmbito do Artº5 - Defesa Colectiva, do Tratado Atlântico Norte;
- Um emprego num TO de média/baixa intensidade, dentro do mesmo contexto OTAN, estamos a falar de operações não Artº5 – CRO (Operações de Apoio à Paz (OAP) ou noutras Operações e Tarefas de Resposta a Crises como as Operações Humanitárias e as Operações NEO).

Porém, as CompCmds executam missões de tarefas específicas ao abrigo desta organização, essas forças tarefa serão detalhadas mais à frente neste trabalho.

A CompCmds é o escalão que mais exponencia as capacidades e organização da força, contribuindo para atingir a finalidade comum do BatCmds. As Companhias de Comandos para garantir o seu emprego de acordo com os requisitos das suas missões, devem ter determinadas capacidades orgânicas⁴⁵ como contributo para uma sinergia em favor do Batalhão.

Assumindo-se como uma força de intervenção imediata, é necessário garantir um comando e controlo (C2) através de uma clara cadeia de comando, de acordo com a tipologia das tropas Comando.

Há uma necessidade acrescida de ter uma célula capaz de adquirir informações, vigiar, trabalhar na aquisição de objectivos e no reconhecimento. Esta estrutura, permite criar um processo coordenado e centralizado de forma a conseguir obter toda a informação

⁴⁵Ver Anexo A – Capacidades Orgânicas.

necessária para que seja levado a cabo o planeamento e o emprego de forças em tempo de paz, crise ou guerra. As tropas Comando, têm uma vocação claramente ofensiva, logo esta não é compatível com as competências exigidas a uma força que execute uma operação de reconhecimento na sua característica primária. Um reconhecimento caracteriza-se por uma operação que requer uma actuação de um grupo restrito de elementos, e uma postura discreta.

A formação, o treino, a reorganização e o reequipamento de uma tropa Comando proporciona e garante a execução de tarefas de reconhecimento (reconhecimento de longo raio de acção e reconhecimento em profundidade) mas unicamente em proveito da respectiva força e não como uma operação independente, em que uma grande unidade toma isso como proveito.

2.7. ESPECIFICIDADES DAS TROPAS COMANDO, TREINO E EQUIPAMENTO

Para que se ponha em prática o conceito de emprego das tropas Comando, há um conjunto de princípios que têm de ser estabelecidos. Vamos de seguida, constatar o que distingue as tropas Comando de outras forças através das suas especificidades. Em que medida é que o treino posto em prática leva ao cumprimento do enquadramento legal. Posteriormente, vamos verificar se é ou não importante estar actualizado em termos de equipamento e armamento, para poder responder às missões actuais.

Uma tropa Comando distingue-se de uma Unidade de Atiradores de Infantaria pelo uso de técnicas, tácticas e procedimentos diferentes. É através do treino operacional, dos meios que têm ao seu dispor e da formação levada a cabo, que se pode dizer que os Comandos são forças mais vocacionadas para determinadas tarefas que não uma tropa convencional. Por exemplo, um pelotão de atiradores tem a missão de efectuar um golpe de mão, mas certamente que não o executa da mesma forma que um grupo de Comandos.

As tropas Comando têm as suas especificidades, isto é, estão mais vocacionadas para determinadas operações. De acordo com a tipologia de operações, os Comandos são empregues em situações específicas perfeitamente enquadrados no espectro, de modo a por prática as suas capacidades. Vamos percorrer os cenários possíveis e verificar qual o emprego adequado em cada situação.

Numa situação ofensiva, estão mais habilitados a executar acções de segurança da área da retaguarda (SAR) como força de intervenção. Numa situação defensiva, pode ser atribuída a missão de defesa de pontos sensíveis e operações SAR. Numa operação de transição, executam marcha para o contacto, actuando preferencialmente na modalidade de “busca e ataque”.

No que se refere ainda a outras operações, constituem força de excelência para executar operações aeromóveis. No âmbito das CRO, as tropas Comando podem ser empenhadas como força de intervenção com prioridade em operações de Imposição de Paz ou em operações de Manutenção de Paz (PK – *Peace Keeping operations*) em TO de elevada exigência.

Num contexto de operações humanitárias (não OAP), em caso de existir um ambiente hostil e incerto, as tropas Comando podem intervir, executando Operações NEO.

Vamos entrar na parte do treino operacional e verificar como estas missões específicas concorrem para o planeamento e execução do treino operacional. O treino das Forças Militares possibilita uma interoperabilidade de meios e procedimentos através de exercícios conjuntos e combinados de modo a ter capacidade para actuar no espectro de conflitualidade actual.

Até à data, desde a reactivação dos Comandos, e com o decorrer das sucessivas missões (Timor e Afeganistão), todo o treino operacional efectuado é interrompido devido ao cumprimento de directivas, passando este a ser orientado de acordo com as especificidades do campo de batalha, ou seja, orientado para a missão. Esta verifica-se quando uma companhia se encontra nomeada para entrar em TO.

O treino é conduzido da seguinte forma: quando uma companhia está a efectuar o treino orientado para uma missão, este recai essencialmente sobre as tarefas específicas, tendo como base o treino operacional. Nesta fase, procura-se que a força adquira formas de actuar que lhe permitam cumprir a sua missão. Incide essencialmente, no conhecimento das normas em vigor no TO, no treino de tácticas específicas (como sejam as emboscadas, os golpes de mão, os *check-points*, etc.). As restantes companhias efectuam treino operacional de acordo com o normalizado.

Na actualidade, e ainda numa fase de experimentação, está a aplicar-se um conjunto de programas de treino que têm em vista uma melhor dinamização, aperfeiçoamento e principalmente uma melhor gestão de recursos humanos e materiais. Estes programas levam sobretudo à criação de uma complementaridade, uniformização e simplicidade no seio da especialidade Comando.

Foi desenvolvido um grupo de trabalho no CTC, onde se procurou verificar que tipo de treino levava a responder às condições exigidas pela missão superiormente definida⁴⁶, de modo a garantir a operacionalidade, prontidão e interoperabilidade das Companhias de Comandos com o intuito de o treino ser flexível de acordo com as necessidades. O estabelecimento dos programas de treino permite o planeamento de ciclos de treino operacional para as Companhias de Comandos com a duração de um ano.

⁴⁶ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO (2007). Quadro Orgânico de Pessoal nº24.0.23 do Batalhão de Comandos aprovado a 27 de Novembro.

Os programas de treino no que diz respeito à sua designação e ao seu conteúdo não são estanques, podendo mediante as lacunas sentidas ser acrescentado, modificado ou retirado do treino operacional. É efectuada uma selecção das matérias a ministrar e feita uma divisão por blocos. Os programas de treino foram considerados em função das áreas de grande importância para as tropas Comando como:

- Treino de Combate Urbano;
- Treino em Ambientes de Contra-Insurreição;
- Treino de Acções Comuns;
- Treino Acções Motorizadas;
- Treino Individual Especifico;
- Treino de Tiro;
- Treino de Combate em Condições de visibilidade Reduzida;
- Treino de Infiltração/Exfiltração, Fuga e Evasão.

O treino Físico e o Tiro de combate são contínuos, decorrendo constantemente ao longo de todo o período de treino, com a particularidade de trabalharem em paralelo com as actividades desenvolvidas na componente táctica.

Uma mais-valia que aperfeiçoa as qualidades da célula base dos Comandos é o Programa de Treino Individual Especifico (PTIE). A equipa constituída por cinco homens, onde cada elemento tem uma função específica. Os elementos da Equipa são numerados de 1 a 5. O número 3 é o comandante de Equipa que é um Sargento sendo os restantes elementos Praças (Cabos ou Soldados). As missões individuais dos elementos de uma Equipa de Comandos estão definidas em quatro áreas: navegação terrestre, socorrismo, transmissões e sapadores.

Nas Equipas Comando, a cada elemento compete uma função específica (eles são numerados de 1 a 5 para se puderem organizar e adoptar as tácticas uniformemente):

- Ao primeiro, compete em especial a vigilância para a frente, em virtude de ser ele o primeiro homem na formação, com a principal finalidade de escolher o itinerário que seja mais seguro para a progressão da Equipa, deve possuir bom sentido de orientação;
- O segundo, é especialista na área dos sapadores;
- O terceiro, são os chefes de equipa, responsáveis pela navegação assim como pelas comunicações com o escalão superior, para efeitos de treino são empenhados nas instruções consideradas mais importantes e principalmente nas instruções de operações militares⁴⁷;

⁴⁷ *Instruções de Operações Militares*: são instruções relativas às temáticas de procedimentos de comando, elaboração de ordens de operações, preenchimento de relatórios, etc.

- O quarto elemento está mais apto a operar as transmissões;
- O quinto deverá ter maior aptidão para os primeiros socorros.

A formação durante a frequência do curso faculta a todos, os conhecimentos nas respectivas áreas. O ciclo de treino operacional inicia-se sempre com o PTIE. Procura-se maximizar o rendimento de uma equipa, distribuindo os elementos pela mesma de acordo com a maior aptidão para a função específica. Assim, é com base nestas cinco áreas que o PTIE junta todos os elementos com a mesma função específica de todas as equipas de uma companhia. O treino individual específico é conduzido de modo a dotar o Comando de automatismos e desenvolver a experiência adquirida na formação (realização do curso de Comandos), com vista a obter uma maior eficiência nas diversas acções desempenhadas.

Após este programa de treino, os seguintes já são conduzidos através do treino de tarefas comuns. Cada elemento, executa o seu papel para a concretização da respectiva tarefa.

O processo de treino operacional consiste em o BatCmds planear⁴⁸ e estabelecer os programas de treino para uma fita do tempo a longo prazo. Depois cabe ao Comandante da Companhia descodificar⁴⁹ o programa de acordo com as tarefas listadas⁵⁰ e em consonância com o rendimento dos seus homens e as actividades do dia-a-dia. O Comandante da Companhia tem autonomia e flexibilidade para gerir os seus homens com a certeza que eles estarão aptos a satisfazer os padrões. Todo o programa de treino é cumprido e sujeito a validação de conhecimentos, através de exercícios efectuados aos diversos escalões (equipa, grupo e companhia). A título comparativo poderemos fazer uma analogia entre o treino e o seu emprego. Considerando que as operações de moldagem⁵¹ são as tarefas dos programas de treino, estas concorrem para a operação decisiva⁵² que é satisfazer e conseguir cumprir a missão das tropas Comando.

O treino parte do particular para o geral, ou seja, começa-se por treinar o militar individualmente passando a seguir para uma fase de treino de equipa, depois grupo e por fim, o treino de companhia. Pretende-se atingir padrões de exigência elevados com vista a atingir a excelência.⁵³

⁴⁸Ver Anexo B – Programas de treino, horário do Batalhão de Comandos.

⁴⁹Ver Anexo C – Programas de treino, horário da Companhia de Comandos.

⁵⁰Ver Anexo D – Lista de tarefas críticas.

⁵¹US Field Manual 3-0 (2008). Operations, p. 5-11. *Operação de Moldagem: "shaping operations – Operations at any echelon that create and preserve conditions for the success of decisive operations."*

⁵²US Field Manual 3-0 (2008). Operations, p. 5-11. *Operação Decisiva: "decisive operation – The operation that directly accomplishes the task assigned by the higher headquarters. Decisive operations conclusively determine the outcome of major operations, battles, and engagements."*

⁵³Ver Anexo E – Como exemplo encontra-se um horário tipo que explica como é que as tarefas concorrem para o programa definido.

Vistas que foram as especificidades e o treino das tropas Comando, vamos por último verificar como é que o equipamento orgânico concorre para o cumprimento das missões actuais. Queremos sempre mais e melhor à luz da constante evolução tecnológica! Comparamo-nos muitas vezes com outros exércitos, nomeadamente com o soldado americano e chegamos à conclusão que cumprimos a missão com o que temos, embora os equipamento e armamento sejam sinónimos de investimento. As dificuldades sempre existiram, mas os Comandos têm sabido viver com a situação actual e no que se refere à adaptação, esta tem sido uma característica impar.

O equipamento e o armamento são parte integrante do treino operacional que por sua vez contribui para o sucesso da missão. As tropas Comando atravessam dificuldades nesta área, uma vez que estão fora dos programas de reequipamento das FA. Embora no caso de representação como Força Nacional Destacada (FND), o comando do Exército assuma todos os esforços necessários ao nível logístico para possibilitar um melhor desempenho. Mesmo assim, neste capítulo encontramos algo distantes quando comparados com outras forças militares equivalentes.

Nos últimos anos, no decorrer do cumprimento de missões fora do território nacional e na partilha do TO com outras forças, foram elaborados estudos dando origem a levantamentos de necessidades, e elaboradas propostas com vista à adaptação tanto dos TO actuais como para fazer face a novas ameaças. Neste enquadramento reitera-se a intenção do General CEME, em “garantir a segurança das tropas, qualquer que seja o cenário de emprego e dispor de adequada capacidade de sustentação.”⁵⁴

2.8. DOCTRINA DA OTAN

As FA portuguesas têm por base a doutrina OTAN. Esta encontra-se bem definida e elaborada para os altos escalões no plano das operações terrestres.⁵⁵ No entanto, a OTAN não dispõe de doutrina para os seus baixos escalões, como é o caso de unidades escalão pelotão ou companhia. Ainda mais, quando se refere ao capítulo das operações ou forças especiais. É aqui que se entra numa ambiguidade total. Para auxiliar, temos como referência para os baixos escalões, a doutrina americana. Desde a guerra do Vietname, têm sido uma nação sempre envolvida nos mais variadíssimos conflitos fora do seu território. Os Estados Unidos da América (EUA) possuem uma estrutura bem definida, que consegue constantemente alterar a sua doutrina face às necessidades e dificuldades sentidas nos diversos TO.

⁵⁴ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO (2007-2009). Directiva para o EXE nº90/CEME/07.

⁵⁵NATO (2003). Allied Tactical Publication, ATP 3.2 - Land Operations.

Quanto a este aspecto, apesar de toda a experiência retirada e acumulada da guerra colonial, e das variadíssimas CRO por onde tem participado nos últimos anos, não conseguiu traduzir essa mais-valia, em documentação oficial (doutrina), principalmente no capítulo das operações especiais. Limitamo-nos a fazer uso do Regulamento de Campanha - Operações e de uma directiva operacional elaborada pelo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA).

A OTAN adopta uma relação conjunta e combinada de forças. É intenção da Aliança Atlântica conseguir através de planeamento exaustivo, garantir que os seus membros gerem forças com vista a um futuro emprego em TO.

Numa primeira análise, interessa-nos aqui referir que a Aliança Atlântica procura ter uma força preparada para poder intervir em qualquer TO. Estamos a falar de uma *NATO Response Force* (NRF⁵⁶). Consiste numa força tecnologicamente evoluída, altamente treinada, composta por forças de terrestres, aéreas, marítimas e forças especiais, pronta a intervir sempre que for necessário. É capaz de efectuar missões em todo o espectro de operações, e funciona como uma primeira intervenção, sendo composta por cerca de 25.000 homens mobilizados para o TO, em apenas cinco dias.

Esta Força está apta a intervir de acordo com os parâmetros e cenários planeados. Caso um deles se verifique a Força molda-se de forma a empregar o necessário para cumprir a missão.

Outra forma de emprego de forças militares da OTAN é o conceito CJTF⁵⁷. Como o nome indica, é uma força tarefa (*task force*⁵⁸) combinada e conjunta, que pode ser constituída por estados não-membros, que é empregue em todo o espectro de operações. Temos como exemplo as CJTF, com as missões levadas a cabo pela *Kosovo Force* (KFOR) ou pela ISAF entre outras. A grande diferença entre uma CJTF e uma NRF é que a primeira encontra-se empregue no terreno e a tipologia das forças é seleccionada de acordo com a análise do TO. A segunda é gerada ou seja, treinada até atingir um determinado grau de prontidão e sua certificação é adquirida com exercícios executados, ficando pronta a ser empenhada para responder as necessidades de emprego planeadas.

⁵⁶NATO (2008). The NATO Response Force - At the centre of NATO transformation. Internet: <http://www.nato.int/issues/nrf/index.html>, consultado em [7 de Abril 2008].

⁵⁷HANDBOOK NATO (2001). Handbook, p. 254. "O conceito das CJTF foi lançado no final de 1993 e foi aprovado na Cimeira de Bruxelas em Janeiro de 1994".

⁵⁸AAP – 6 NATO (2007). Glossary of Terms and Definitions, p. 2-T-(3-4).

Task Force:

- "A temporary grouping of units, under one commander, formed for the purpose of carrying out a specific operation or mission;
- A semi-permanent organization of units, under one commander, formed for the purpose of carrying out a continuing specific task;
- A component of a fleet organized by the commander of a task fleet or higher authority for the accomplishment of a specific task or tasks."

É inserido no conceito CJTF que surge a componente *Combined Joint Special Operations Task Force* (CJSOTF), que proporciona à aliança um emprego fora da área geográfica dos estados-membros. Contudo, a doutrina de operações especiais surge em 1999 após a cimeira de Washington com o *Military Decision on North Atlantic Military Committee 437 - NATO Special Operations (SO) Policy (MC 437)*.

A Aliança Atlântica, através do documento supracitado e com base no *Allied Joint Publication* (AJP – 1 B), define como sendo operações especiais, de acordo com o tipo de objectivos (militares, políticos, económicos, e psicológicos) actividades militares conduzidas por forças especialmente designadas, treinadas, organizadas e equipadas, que usam técnicas operacionais e modalidades de acção, um risco físico e político que não são comuns aos utilizados pelas forças convencionais.

Após este enquadramento, não assistimos ao emprego de Forças Militares semelhantes ao da tipologia das tropas Comando na OTAN. Pode-se verificar apenas no desempenho de outras qualidades.

3. CENÁRIOS DE ACTUAÇÃO MAIS PROVÁVEIS/ADEQUADOS PARA UMA COMPANHIA DE COMANDOS NO FUTURO

Uma vez expressa como é vista a nova conflitualidade e após ter percebido qual é o enquadramento dos Comandos nos TO actuais, vamos compreender como e onde esta força especial pode ser empregue, e de que forma o seu conceito de emprego se enquadra nas diversas tipologias de missões da actualidade.

A questão central orientou-nos de modo a proceder à recolha de informações acerca da tropa em questão e procurar saber como esta está preparada e orientada para um contexto a nível nacional e internacional. Trata-se de uma investigação pura que de um ponto de vista indutivo, nos leva a concluir quais as missões a atribuir a uma Companhia de Comandos.

De seguida, iremos desenhar um quadro que possibilite visualizar onde e como poderá ter cabimento as tropas Comando como Unidade Escalão Companhia (UEC) face às suas especificidades.

É certo que um TO, não contempla exclusivamente unidades de Comandos. Actualmente, procura-se um emprego de forças combinadas e conjuntas onde se constituem forças regulares e especiais, de forma a obter sinergias e maximizar o sucesso das operações. Desta forma e não esquecendo essa complementaridade, optamos então por dividir o quadro de emprego de uma UEC de Comandos num ambiente nacional e num ambiente internacional.

Todas as alterações verificadas no sistema internacional impossibilitam uma preparação ao nível de recursos humanos e materiais para futuros acontecimentos. Como já vimos anteriormente, as ameaças e os conflitos não conhecem fronteiras e são constantemente um atentado à segurança e defesa de um Estado. Após todo o enquadramento legal em que se inserem as tropas Comando, os objectivos passam por garantir a segurança do Estado e dos Cidadãos, e na defesa e manutenção da integridade do Território Nacional (TN).

Portugal constitui-se como estado-membro de organizações internacionais de forma a promover a cooperação internacional e a lutar pela paz e segurança (ONU), de contribuir para uma colaboração militar (OTAN) e desenvolver novas políticas europeias de segurança e defesa (UE). Estas organizações têm regras e procedimentos muito próprios. Os seus acordos consistem numa cooperação em resposta a ameaças desenvolvidas contra qualquer estado-membro.

No caso da OTAN⁵⁹, o seu artigo 5º é claro quando afirma que "as Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas... e se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva... prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas...". Após a intervenção primária da coligação⁶⁰, seguida da ONU com a ISAF, justificou-se a da OTAN no Afeganistão. Considerou-se que com o 11 de Setembro de 2001, houve uma ameaça a um estado-membro e que os serviços de informação indicaram como sendo proveniente de redes criminosas nomeadamente pela contribuição de forças "*talibans*" do Afeganistão. A intervenção neste TO tem como objectivo desorganizar e desactivar as supostas redes terroristas.

Quando falamos em cenários prováveis, fazemos confusão com cenários adequados. Enquanto os cenários prováveis carecem principalmente de uma decisão política, mas também de uma análise dos conflitos no mundo, os cenários adequados prendem-se com as possibilidades e limitações da força a ser empregue.

Por exemplo, se uma das organizações internacionais das quais Portugal é estado-membro decide intervir com forças militares no conflito do Darfur, as tropas Comando podem estar adequadas para intervir. Mas essa intervenção pode não ser possível, devido à

⁵⁹NATO (2001). *Tratado do Atlântico Norte*. Internet: <http://www.nato.int/docu/other/po/treaty-po.htm>, consultado em [18 de Abril 2008].

⁶⁰TOMÉ, Luís e TOMÉ, Paula (2003). "NATO, Rússia e segurança europeia após o 11", in JANUS, *Espaço online de Relações Exteriores*, Internet: http://www.janusonline.pt/conjuntura/conj_2003_2_1_8_b.html, consultado em [12 de Maio 2008]. "Os EUA demonstraram pouca confiança na acção colectiva, nomeadamente via OTAN, para a realização de uma intervenção no Afeganistão. A coligação internacional angariada pelos EUA para a luta contra o terrorismo serviu sobretudo para a obtenção de apoio político para a "sua causa". O sucesso desta campanha militar constituiu um tributo à capacidade militar americana, podendo contribuir para o reforço de ideias sobre a supremacia e a onipotência americanas."

conjuntura política do momento. Neste caso, se houvesse luz verde da decisão política, seria necessário, todo um conjunto de meios adaptados ao clima e ambiente referido.

Para conseguir chegar ao campo de batalha actual, é necessário perceber quais são os conflitos no mundo, sua origem, local e motivo. Assim, definir o campo de batalha actual depende das diversas dinâmicas (social, política e cultural) das regiões em causa. A geografia e as infra-estruturas do campo de batalha são importantes para saber até que ponto é feita a guerra e quais os tipos de forças que devem ser empregues. A tudo isto se junta um inimigo complexo e multifacetado organizado em redes terroristas situado em lugares indeterminados. Esta situação dá lugar a um clima de insurreição, de guerrilha e de terrorismo, que se avizinha prolongar nos próximos tempos. A manutenção de Paz entre as pessoas é o grande desafio que se vive no campo de batalha actual.

É necessário medir muito bem as consequências de uma possível intervenção de uma força militar fora do território nacional. Será certamente um dos últimos passos a dar, uma vez que a credibilidade de uma nação pode estar em jogo. Logo, é necessário que o Estado consiga constituir uma força dotada de capacidades especiais capaz de intervir em todo o espectro de operações. As tropas Comando possuem determinadas especificidades que inspiram confiança a quem as nomeia para uma missão. No entanto, surge a possibilidade de existirem requisitos *standards* para os quais a força militar terá que se enquadrar.

Os Comandos poderão ser chamados a intervir em operações de combate na profundidade da retaguarda do inimigo de uma forma isolada ou em apoio de uma unidade de operações especiais (FOE- Forças de Operações Especiais), no entanto não é doutrinar. Quando empenhados juntamente com outras forças convencionais, vai depender da situação para ser ou não a Companhia de Comandos a primeira Força a intervir.

As tropas Comando, face à sua determinação, perseverança, treino físico e psicológico, aliado ao seu nível de prontidão⁶¹ devem estar permanentemente aptos a entrar numa situação de combate. Uma unidade terrestre considera-se pronta, quando o estabelecido nas áreas dos quadros orgânicos (QO) pessoal e material, o nível treino operacional, o armamento e equipamento, satisfaçam os padrões definidos. O nível de prontidão nacional está em consonância com o grau de prontidão internacional de modo a ter equivalência com *high readiness force* (HRF⁶²).

⁶¹ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO (2001). Directiva Prontidão e Sustentação DPS/CEMGFA/01

⁶²NATO (2002). *NATO handbook - The Military Force Structure*. Internet: <http://www.nato.int/docu/handbook/2001/hb1207.htm>, consultado em [6 de Maio 2008].

- *High Readiness Forces (HRF) "consist of a limited but military significant proportion of land, air and maritime forces, capable of deploying rapidly or immediately, either for Article 5 collective defence or for non-Article 5 crisis response operations."*

O nível de prontidão carece de avaliação para que a força esteja certificada. Quando falamos em termos de tempo para entrar em acção, este só conta até a força se encontrar preparada, não incluindo o deslocamento para o TO.

Resumindo; a elevada prontidão é sinónimo de rápido emprego.

Chegamos ao cerne da questão central. Vamos apresentar como e em que circunstâncias as Companhias de Comandos podem ser atribuídas em futuros TO. Procuramos de seguida, face aos argumentos apresentados, justificar a razão do seu emprego tático e operacional. Começaremos sempre por um enquadramento geral contextualizando o ambiente referido, para depois poder explicar o seu emprego em particular.

Ao longo deste trabalho tem-se referido o termo tropas Comando, embora interessá-nos verificar como seria o emprego de uma UEC.

3.1. AMBIENTE NACIONAL

De acordo com o CEDN, as FA estão comprometidas com a defesa da Constituição, a fidelidade ao Estado de Direito Democrático. No entanto com o mundo em acelerada mudança, a nossa geografia permanece. Sendo assim, é importante ter relações político-económicas com a Europa, relações de Segurança e Defesa com o Atlântico e Europa, e relações de identidade com todas as comunidades de Países que falam a língua portuguesa.

O CEM desenvolve as orientações do CEDN no âmbito militar e define as missões a atribuir às FA e aos Ramos. Das MIFA, a defesa da integridade do TN é a missão tradicional, juntando-se o apoio às populações e infra-estruturas nacionais como outras missões de interesse público. O Exército perante a nova conflitualidade, tem de estar preparado a empregar quando necessário e de modo sustentado, as FOE actuando de forma independente ou em apoio de outras operações militares.

Visando fazer face às ameaças relevantes e cumprindo as obrigações decorrentes no quadro da Defesa Nacional, as Companhias de Comandos intervêm numa missão de cariz nacional para a Defesa Militar do País.

3.1.1. DEFESA INTEGRADA DO TERRITÓRIO NACIONAL

É a missão primária de defesa dos interesses vitais do País contra qualquer forma de agressão. A defesa integrada do TN consta nas Missões Específicas⁶³, em que as FA têm de garantir a defesa de qualquer agressão ou ameaça externa. Para tal, é necessário manter a permanente presença e vigilância do espaço de soberania, garantir a livre

⁶³MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2004). Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA 04), p. 2-4.

circulação entre as parcelas do TN, bem como o seu reforço em situações de tensão, crise ou guerra. Simultaneamente assume-se a luta contra o terrorismo e outras ameaças assimétricas, definidas em quadro legal próprio e em coordenação com as Forças e Serviços de Segurança. Nesta vertente é chamada a CompCmds a fazer parte do plano de defesa ou constituir-se como uma força de reacção para cumprir missões de carácter específico enquadradas nas possibilidades dos Comandos.

No âmbito da luta contra o terrorismo poderá ser importante que as tropas Comando sejam empregues na defesa de pontos e áreas sensíveis de interesse estratégico.

3.1.2. FORÇA DE REACÇÃO IMEDIATA

Em primeiro lugar, é conveniente tentar definir o conceito de força de reacção imediata. Este conceito pode ser passível de muitas interpretações. No entanto consideramos como força de reacção imediata (FRI)⁶⁴ uma força conjunta com um elevado estado de prontidão, pronta a intervir num ambiente puramente nacional e de grande importância. No âmbito da política externa das MIFA, as FA devem proteger e evacuar cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise. Logo, é necessária a criação de uma força com capacidade de projecção imediata e estritamente de carácter nacional.

Desde logo têm de estar previstos dois factores: tempo e distância. Quanto ao tempo, as forças devem dispor de meios logísticos necessários para se sustentarem onde quer que seja. Em relação ao factor distância, este obriga a estar preparado para percorrer grandes distâncias da base de partida até à base avançada e consequente local-alvo. Este factor está directamente relacionado com os nossos antepassados, as diásporas e os nossos interesses.

De acordo com as especificidades das tropas Comando, estes podem vir a constituir uma **força de manobra** inserida na FRI com uma UEC. A tipologia das missões exigidas será as operações NEO. Esta tipologia engloba o conceito de emprego e pressupõe não só o treino operacional necessário para satisfazer estes requisitos, mas também o treino conjunto, de modo a implementar a complementaridade e interoperabilidade dos meios e das forças dos três Ramos das FA. Porém, o treino deve ser orientado para um possível emprego em cenários onde a presença lusa é mais evidente. Parte-se do pressuposto e assumem-se características semelhantes a eventuais TO.

A FRI é designada como uma *task force* destinada a cumprir um determinado objectivo. A intervenção pretende-se que seja de curta duração e eficaz na sua actualidade. Para que uma Companhia de Comandos seja empregue num TO desta natureza, é necessário estar pronta a actuar em TO num curto espaço de tempo. Este grau de prontidão

⁶⁴ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO (2007). Directiva N°94/CEME/07.

é conseguido através do próprio treino operacional, direccionado para o cumprimento da missão primária.

3.2. AMBIENTE INTERNACIONAL

É no âmbito internacional, o cenário mais provável para uma Companhia Comandos ser empregue, em função dos compromissos internacionais actuando como instrumento de política externa.

Porém, surgem determinadas incertezas quanto às metas a atingir por cada uma das organizações internacionais, perante os objectivos e políticas traçadas. As três organizações das quais Portugal é estado-membro, têm muitas regras em comum, mas até chegar à forma como vai ser empregue a força, assiste-se a uma grande diferença entre elas. Existem diferentes complementaridades e interoperabilidades das forças presentes em TO. Quando falamos em OTAN, visualizamos logo uma estrutura militar bem montada desde os seus comandos até à interoperabilidade das forças militares no terreno. Por outro lado isto não se passa na ONU, o que pode explicar o facto de terem fracassado algumas missões internacionais, como por exemplo “a incapacidade da ONU para travar a violência na Bósnia e na Somália.”⁶⁵

No quadro do sistema de Alianças, é fundamental garantir a segurança no plano externo e desenvolver capacidades de cooperação, para que as forças estejam adequadas aos respectivos cenários de actuação. As FA têm por objectivo garantir os compromissos internacionais assumidos pelo Estado no âmbito da Defesa Colectiva da Aliança Atlântica e na Política Europeia de Segurança e Defesa da União Europeia. A Política externa do Estado ao participar nas variadas missões das organizações internacionais, constitui-se como instrumento de Segurança e Defesa. Neste ambiente, realça-se o interesse em participar em gestão de crises em CRO ou em Operações Humanitárias.

3.2.1. A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

No âmbito desta organização eminentemente preventiva, não se enquadra muito bem a intervenção das tropas Comando o que não quer dizer que não o possam fazer. A ONU é uma organização abrangente onde o C2 e os meios logísticos são empregues de uma forma muito genérica, o que pode originar falhas na condução das operações. A ONU poderá enfrentar as situações que requerem o emprego da força para além da autodefesa, desde que lhe sejam atribuídos os recursos necessários para comandar operações militares complexas. Devido à sua estrutura envolvente, é mais difícil a condução de operações

⁶⁵BRANCO, Carlos (2004). “A ONU e o processo de resolução de conflitos: potencialidades e limitações”, in IPRI, Instituto Português de Relações Internacionais Internet: http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/artigo_rri.php?ida=48, consultado em [02 de Maio 2008].

militares onde os conceitos e a doutrina diferem. A ONU não têm doutrina feita ao nível da condução de operações militares, o que leva aos Estados que participam nas diversas resoluções, a aplicarem as suas doutrinas bases.

Uma tropa Comando só deverá ser empregue desde que se justifique a intensidade da conflitualidade. Neste momento, na região de Darfur já se encontra uma missão da ONU em coligação com a União Africana, *United Nations / Africa Union Mission in Darfur* (UNAMID), mas a situação parece estar longe de ser resolvida e poderá haver a necessidade do emprego de forças europeias⁶⁶. Aqui sim, podemos vir a assistir a um emprego de uma Companhia de Comandos como uma força de choque e de intervenção de modo a fazer de interposição perante os eventuais conflitos.

Desde a guerra Colonial que uma CompCmds não intervinha num TO no exterior. Constituiu-se como FND fazendo parte integrante do contingente do Agrupamento Hotel da Brigada Ligeira de Intervenção (BLI). A missão para o território timorense designava-se por *United Nations Mission in Support of East Timor*⁶⁷ (UNMISSET) e fazia parte de terceira fase⁶⁸ coincidindo com a extracção.

Mediante o conceito de emprego dos Comandos, a nosso ver foi uma missão fora do seu contexto, que serviu essencialmente para a motivação e voltar a adquirir experiência internacional. O seu emprego teve origem na consequência da aplicação do plano de rotatividade de forças para emprego em FND.

Não obstante, as tropas Comando estiveram preparadas para intervir em qualquer situação. É importante ter soldados prontos para combater, mas ao mesmo tempo é necessário mostrar um clima de segurança e respeito.

3.2.2. A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO ATLÂNTICO NORTE

A OTAN é uma organização de cariz essencialmente militar criada para a segurança e defesa dos estados-membros. É na Aliança Atlântica que se espelha o melhor emprego de uma Companhia de Comandos. Pode ser empregue de facto e com toda a lógica e interesse num futuro como uma reserva pronta a intervir (NRF), ou a desempenhar uma *task force* (CJTF).

⁶⁶UNIÃO EUROPEIA (2007). Council Of The European Union – 2831st Council meeting, *General Affairs and External Relations*, p. 12. “The EU reaffirmed that it strongly supports the United Nations (UN) and the African Union (AU) ongoing efforts to solving the conflict in Darfur within a comprehensive and regional approach and welcomed the setting up of the UN/AU hybrid operation in Darfur (UNAMID).”

⁶⁷ONU (2004). S/RES/1410 de 17 de Maio 2002.

⁶⁸AZEVEDO, Gonçalo e CALMEIRO, Luís (2004). *O Exército Português em Timor Leste 2000/2004*, p. 120. “Na terceira fase iniciada a 20 de Maio de 2004, foi planeado o repatriamento do Agrupamento... este período caracterizou-se pelo final da actividade operacional, excepto a inerente à segurança da própria Força (autoprotecção)”.

Qualquer uma das possibilidades ou cenários de emprego seria adequado, uma vez que traz credibilidade às forças participantes, mas também se traduz num ganho pela troca de experiência, e sobretudo porque permite colocar em prática todas as tarefas, táticas e procedimentos doutrinários.

A Aliança Atlântica de acordo com a sua doutrina, especifica muito bem a declaração de requisitos para o emprego das Forças Militares. Cada estado-membro atribui de acordo com as suas possibilidades e com os tipos e efectivos de Forças, conforme a necessidade e os requisitos da OTAN. As tipologias das missões das tropas Comando não se encontram muito bem definidas nestes catálogos de requisitos de forças.

As tropas Comando têm participado ao serviço da *International Security Assistance Force* (ISAF) desempenhando um papel que a OTAN considera ser de uma UEC de atiradores. No entanto, não deixa de ser um risco elevado neste TO. A missão de Força de Reacção Rápida (QRF - *Quick Reaction Force*), derivado à situação, exige a presença de uma Força Especial devido ao estado de prontidão exigido, embora se encontrarem como Força de Reserva sem Área de Operações (AOO – *Area of Operations*) atribuída mas pronta a intervir em qualquer local da AOO da ISAF, ou seja na AOO de outros contingentes. O comandante da Brigada Multinacional de Cabul⁶⁹ (KMNB - *Kabul Multinational Brigade*) tem assim a possibilidade de influenciar dentro ou fora da sua AOO reforçando outras forças. Em conformidade com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, coube ao Exército atribuir a missão à Brigada de Reacção Rápida (BRR) e em particular aos Comandos, que fossem os primeiros a ser destacados para a ISAF, pois eram aqueles, que face às características do TO, se encontravam mais preparados.

Os Estados-Membros cumprem as propostas de forças acordadas (*force proposals*) mas, no entanto estabelecem restrições (*caveats*⁷⁰) definidas às forças em TO. Todos os *caveats* levantados têm a ver com as respectivas intenções políticas de cada estado-membro.

A OTAN é a única organização que estabelece exactamente um catálogo de requisitos de forças para que possa proceder à constituição de uma *task force*. Neste catálogo, encontra-se descrito quais as capacidades que determinado tipo de Força Militar deverá conter. De acordo com estas exigências, as tropas Comando podem, na qualidade de UEC assumir funções prescritas para uma força de infantaria ligeira.

⁶⁹O actual comandante do “*Regional Command Capital*” (RCC).

⁷⁰AAP-6 NATO (2007). Glossary of Terms and Definitions, p. 2-C-2.

- *Caveat / Restriction* - “In NATO operations, any limitation, restriction or constraint by a nation on its military forces or civilian elements under NATO command and control or otherwise available to NATO, that does not permit NATO commanders to deploy and employ these assets fully in line with the approved operation plan. Note: A caveat may apply inter alia to freedom of movement within the joint operations area and/or to compliance with the approved rules of engagement.”

Relembrando os conceitos de emprego da tropa Comando, sabemos que neste contexto e no âmbito da NRF, poderá ser empregue como uma companhia de protecção (*Protection Coy*) de qualquer Quartel-general (HQ – *Head-Quarters*) da componente terrestre. Tudo irá depender da definição do campo de batalha e do tipo de ameaça. No entanto, esta missão seria bem empregue numa vertente de intervenção. Isto porque, no leque de tarefas a executar por uma *Protection Coy*, englobam-se procedimentos de sentinelas, o que não interessa de facto a uma tropa Comando.

De acordo com os requisitos tem possibilidade, mas não é rentável o seu emprego, uma vez que a missão de uma companhia de protecção seria mais adequado a uma unidade de polícia militar. É claro que esta tipologia de emprego difere de TO para TO.

O emprego mais adequado para a Companhia de Comandos é estar atribuída a um batalhão de infantaria aeromóvel (*airmobile infantry battalion*) conjunto ou combinado, a não ser que o Batalhão de Comandos tenha meios que lhe permita actuar de forma autónoma ao escalão batalhão. No futuro, em NRF, o Batalhão poderá estar atribuído como *Air Maneuver Battalion* tendo a capacidade de ser transportável de helicóptero.

O TO do Afeganistão é exemplo de emprego adequado de uma Companhia de Comandos, devido ao elevado risco e conflitualidade existente. Foi necessária a presença de uma UEC externa ao Batalhão de Comandos, para render as tropas Comando no TO Afeganistão, devido ao ciclo de rotatividade ternário (aprontamento, missão, regeneração). “A constituição do Batalhão de Comandos a três companhias irá permitir uma maior flexibilidade à organização e preparação das Companhias para qualquer missão em qualquer TO.”⁷¹

Resumindo, a OTAN não tem missões para Forças equivalentes aos Comandos. No entanto estes têm sido enviados, adaptando-se aos requisitos solicitados. Cabe assim haver uma decisão interna acerca da selecção do tipo de Força a enviar para um TO. A OTAN define os critérios de atribuição de forças e acredita que os países os cumpram quando estes oferecem as mesmas.

3.2.3. A UNIÃO EUROPEIA

As matérias de Segurança e Defesa são pontos sensíveis de gerir porque mexem com a soberania de um Estado. A União Europeia (UE) tem visto serem proteladas determinadas decisões. Podemos dizer que a União já atingiu um determinado nível internacional no qual surgem responsabilidades que jamais se podem descartar. Assim o reforço das capacidades de Segurança e Defesa é um desafio à União e que leva a uma

⁷¹Centro de Tropas Comandos (2007). “Centro de Tropas Comandos, O Batalhão de Comandos”, in *MAMASUME*, Revista da Associação de Comandos, Nº66 II série, Janeiro/Junho, p. 18.

definição do futuro. Embora as FA Portuguesas já tenham participado nas missões em representação da UE⁷², o conceito de constituição de um Exército Europeu para a Segurança e Defesa é uma questão em estudo, já com alguns reflexos, mas no entanto ainda embrionário e sem certezas. A Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), sendo um dos pilares da União, tem por objectivo permitir o desenvolvimento das capacidades civis e militares de gestão de crises e de prevenção de conflitos a nível internacional.

A PESD contribuí de acordo com a carta das Nações Unidas e evolui de forma compatível e coordenada com a OTAN⁷³. Assim, devido à sua semelhança no que diz respeito ao conceito de emprego das forças militares da OTAN, podemos considerar como viável a hipótese de as Companhias de Comandos intervirem ao abrigo desta Organização.

As missões *Petersberg* fazem parte integrante da PESD. Foram incluídas expressamente no Tratado da União Europeia (artigo 17.º) e englobam:

- As missões humanitárias ou de evacuação dos cidadãos nacionais;
- As missões de manutenção da paz;
- As missões de forças de combate para a gestão das crises, incluindo operações de restabelecimento da paz.

Estas missões foram instituídas pela Declaração de *Petersberg*, e adoptadas na sequência do conselho ministerial da União Europeia Ocidental (UEO), realizado em Junho de 1992. Nos termos desta declaração, os estados-membros da UEO decidem colocar à disposição da mesma, mas igualmente da OTAN e da UE, unidades militares provenientes dos diversos Ramos das suas forças convencionais.

Para ajudar a satisfazer o cumprimento destas missões, nasceu o conceito de *battlegroup*⁷⁴ como sendo uma Força constituída por um efectivo militar necessário para conduzir uma operação com um grau de prontidão elevado, de maneira credível e coerente, de forma a conseguir actuar independente num campo de batalha. Serve para iniciar uma operação que pode ter repercussões de larga escala, ou seja, vai para o TO com o objectivo de criar condições para implementação de futuras Forças. Acaba por ser um programa militar que tem ao seu dispor todas as capacidades para intervir num TO por via aérea, terrestre ou marítima.

⁷²Bósnia-herzegovina 1994.

⁷³“Política Europeia de Segurança e Defesa”, in *PORTAL DA UNIÃO EUROPEIA*, Glossário, Internet: http://europa.eu/index_pt.htm, consultado em [13 de Março 2008].

⁷⁴União Europeia (2006). *Guide To The European Security And Defense Policy*, p. 38. “...these battlegroups are designed to improve the EU’s rapid response capability and are able to carry out autonomous operations or contribute to the initial phase of a large-scale operation. They are capable of conducting operations for an initial period of 30 days, extendable to 120 days. Interoperability and military effectiveness are essential criteria for such forces.”

Este conceito é semelhante a uma NRF. Porém, esta poderá ser uma opção para o emprego de uma Companhia de Comandos. O conceito *battlegroup* também leva a que a força constituída para tal, seja certificada através de um plano de treinos e exercícios para depois, poder estar pronta a intervir. Não deixa de ser uma novidade, mas supõe-se que o empenhamento de uma Companhia de Comandos teria de ser de acordo com o tipo de cenário escolhido para actuar. Poderia trazer mais-valias, uma vez que a tipologia de conflitos no qual seria empregue é a mesma que do âmbito da OTAN. No âmbito *battlegroup* o oferecimento da Força é devidamente planeado e preparado.

3.3. ANÁLISE

Comprovando o emprego de UEC de Comandos nas situações anteriormente prescritas, no âmbito da ONU e da OTAN, é importante referir que qualquer uma delas teve como consequência o consolidar do conhecimento adquirido através da própria experiência. Os relatórios de fim de missão das UEC de Comandos presentes nos TO, apresentam um conjunto de lições aprendidas que tiveram fortes implicações na condução das operações que se sucederam. Estas lições vão desde as técnicas e procedimentos até às tácticas aplicadas. Usufruir destas lições, permite melhorar o desempenho das missões vindouras. Devido ao carácter assimétrico da ameaça, a força tem de evitar rotinas, diversificar técnicas, tácticas e procedimentos entre outras de forma a dificultar a actuação do adversário. A adaptação ao TO deve ser constante, passando pela actualização da doutrina, dos movimentos, dos cuidados a ter com armamento, com as comunicações, as acções nocturnas e todas as demais operações. As lições aprendidas também decorrem do contacto com as forças amigas, no qual é exigido uma cooperação e complementaridade.

As operações de apoio à paz e as operações humanitárias são hoje o modo de emprego de forças militares face aos conflitos actuais. Em todas as situações descritas anteriormente, ficamos cientes que os Comandos, pela sua tipologia de missões de carácter ofensivo, usam um grau de violência e destruição próprio, estando mais vocacionados para actuar em operações onde não haja consentimento do oponente. Porém, face à nova conflitualidade, é necessário dispor de um conjunto de meios humanos e materiais que possibilitem efectuar treino, de modo a validar o emprego no espectro de operações actual. Quando falamos numa operação de combate numa situação de guerra quente, as tropas Comando desempenham acções de curta duração devido à sua violência, levando ao esgotamento das suas capacidades. Neste contexto, é necessário ter o apoio de unidades subjacentes como por exemplo aviação ligeira para executar uma exfiltração da AOO.

Pretende-se dotar militares especializados na técnica de combate, que saibam executar bom tiro, possuam capacidades físicas excelentes e sejam robustos

psicologicamente. Através da automatização de procedimentos, com vista a reagir a estímulos, consegue-se obter na prática o objectivo para o qual foram criados.

Na actualidade, assistimos à presença de uma Companhia de Comandos inserida num ambiente internacional sob comando de uma Organização Internacional. Consideramos a importância de três factores: as pessoas, a informação e os centros urbanos. Face a estes factores estão as tropas Comando a desenvolver e aperfeiçoar principalmente o treino em combate urbano e operações em ambientes de contra-insurreição. Há uma necessidade constante de aproximar o mais possível da realidade o treino e os exercícios no que se refere ao contacto com a população. Ter uma forte capacidade psicológica é importante para se saber actuar perante qualquer circunstância, garantindo que as forças consigam dar a volta à questão, por forma a minimizar os danos.

De acordo com a pesquisa documental, após o fim da missão na ISAF, não se prevê um emprego a curto e médio prazo. No entanto a qualquer momento pode ser haver o compromisso de Portugal como Estado-Membro em enviar Forças Militares para determinado TO. Assim, procede-se à geração da Força para vir a constituir-se como FND.

As FND estão dotadas de boas condições ao nível de equipamento e armamento, mas algum deste material não pertence ao Exército mas sim a outros estados-membros. Ainda existem grandes limitações ao nível de equipamento e armamento, quando comparado com outros Exércitos nos TO onde temos participado.

A Instituição Militar atravessa momentos difíceis quanto à sua gestão orçamental. Existe um elevado número de necessidades e de compromissos, o que leva a estabelecer prioridades. Actualmente, não se prevê o emprego de uma Companhia de Comandos num ambiente de alta intensidade. Não só pela conjuntura internacional, mas também se equacionarmos o equipamento e armamento disponível no Batalhão de Comandos. Existem lacunas a praticamente todos os níveis, desde as transmissões às viaturas orgânicas, passando pelos meios de vigilância e protecção e de apoio ao combate. Este ambiente inclui o emprego de armas Nucleares, Radiológicas, Biológicas e Químicas (NRBQ), das quais se tem capacidade limitada. Relembramos, no entanto que uma situação desta natureza poderá estar longe de acontecer, em virtude do compromisso dos acordos internacionais.

Tudo indica, que no decorrer dos próximos anos, continuará a Companhia de Comandos estar sujeita a ser empregue em ambientes de média e baixa intensidade, mas principalmente num TO onde uma função de intervenção seja solicitada.

Os Comandos nasceram para executar acções de contra-guerrilha. Com o evoluir dos tempos esta tipologia tem de se adaptar à actual conflitualidade. As operações desempenhadas no TO do Afeganistão são uma prova de que as técnicas, tácticas e procedimentos têm de ser alvos de adaptação.

As tropas Comando continuam a estar prontas para cumprir a sua missão, pretendem manter os elevados padrões de exigência, e continuam a cultivar as tradições características da própria Força.

3.4. PANORAMA DE FUTUROS TEATROS DE OPERAÇÕES

Não sendo possível determinar o espoletar de futuros conflitos, pretendemos no entanto efectuar uma análise da conjuntura internacional.⁷⁵ Para isso, vamos neste capítulo socorrer-nos de algumas reflexões publicadas pelo General Loureiro dos Santos.

Embora não estejamos à beira de conflitos entre civilizações⁷⁶, não sabemos se os conflitos presentes perdurarão e continuarão a influenciar o modo como as relações internacionais se desenvolvem. Há uma preocupação constante das democracias estabelecerem medidas para tentarem impedir o acesso e a proliferação de armas de destruição maciça. Contudo há uma forte probabilidade de um engenho nuclear cair na posse de grupos terroristas que não teriam quaisquer dúvidas em utilizá-los.

Determinadas regiões merecem maior destaque derivado das tradicionais tensões entre unidades políticas, como por exemplo a Europa, Rússia e a China.

Na primeira região mencionada, há uma clara divisão entre os países da União e a Rússia. A Europa tem ainda vivas as situações de recentes conflitos. Sendo uma região que comporta muitas culturas e estratégias diferenciadas entre países, há uma incerteza quanto à insegurança, se não existir harmonia entre os dois lados do Atlântico.

A Rússia confronta-se num conflito de baixa intensidade com o separatismo islâmico, teme o terrorismo fundamentalista na sua fronteira com países muçulmanos e vê de forma impotente, bases americanas à sua porta. O alargamento da OTAN não deixa de ser também um confronto. No Cáucaso fomenta o separatismo das regiões autónomas dada a sua potência energética, gera tensões quanto ao seu monopólio.

A China a confirmar-se o seu desenvolvimento, deixará de se assumir como uma potência regional e será forçada a competir pela hegemonia global. “A China manterá um perfil reduzido ainda durante bastante tempo. Os seus instrumentos de actuação concentram-se no desenvolvimento económico e em impedir uma grave crise política que a poderá fazer implodir.”⁷⁷ Pode vir a assumir-se como potência militar uma vez que está na corrida para o espaço, tem armas nucleares e tem adquirido e produzido equipamento militar de qualidade. Continua o interesse na anexação de Taiwan, evitando este ser pela força e sem recurso a medidas independentistas.

⁷⁵NATO, cit.24 p. 107-128.

⁷⁶SANTOS, Loureiro dos (2003). *A Idade Imperial*, p. 103.

⁷⁷SANTOS, Loureiro dos (2004). *Convulsões*, p. 52.

A análise regional é importante, no entanto outra preocupação se levanta relativamente aos Estados no Mundo. “A maioria dos Estados-problema, são problema porque são Estados falhados, ou seja, porque não têm capacidade para resolver os problemas das sociedades de que emanam como organizações políticas.”⁷⁸ Como não bastasse, são Estados subdesenvolvidos onde predomina a fome, a doença e a guerra. Estes Estados encontram-se vulneráveis ao crime organizado, existência de máfias e organizações terroristas, onde nestes encontram abrigo e liberdade de acção.

Encontram-se espalhados por todo o mundo com uma maior predominância no continente Africano, América Latina, região do Cáucaso e Ásia Central mas também não são esquecidos na Europa.

Contudo, também o efeito da mudança do clima vai ter impacto nas guerras do futuro. Estamos longe de entrarmos numa paz mundial, e de acordo com aspectos significativos do relatório secreto do Pentágono, nos próximos 20 anos não se esperam boas notícias.⁷⁹

CONCLUSÕES

O campo de batalha na actualidade encontra-se amplamente direccionado para os centros urbanos, verificando-se que a maioria dos conflitos, incluindo os armados, se trava no seio das populações. Na tipologia de conflitos actuais, assiste-se a uma assimetria de forças. Mas a grande preocupação prende-se com a utilidade da força. Esta deve ser utilizada de uma forma racional, com o recurso a toda a informação que estiver disponível. Há uma necessidade de a Força Militar ter acesso à informação, para que se possa conquistar a mente das pessoas.

Para isso é preciso dispor de unidades militares capazes de intervir nestes ambientes assimétricos. Para que uma tropa Comando esteja apta a intervir nestes variadíssimos contextos, deve estar actualizada doutrinariamente, reestruturada e dotada de equipamento adaptado às exigências.

A Segurança e Defesa deve ter preocupações unilaterais ao nível do TN, mas há também o interesse na aplicação de uma política externa em coordenação com os aliados. Assim, no decorrer de compromissos com as Organizações Internacionais, é importante que as nossas Forças estejam prontas para eventuais solicitações e que o seu empenhamento se faça de forma integrada e flexível.

Para respondermos à nossa questão central, *“Com base no know-how dos Comandos, qual o enquadramento mais adequado ao empenhamento de uma Companhia*

⁷⁸SANTOS, Loureiro dos (2004). cit. 77, p. 89.

⁷⁹Ver Anexo – F (*Aspectos significativos do relatório secreto do Pentágono, sobre os efeitos da mudança do Clima nos conflitos*)

de Comandos em missões relacionadas com o novo tipo de conflitualidade?” foi necessário compreender o que são as tropas Comando, como foram criadas, para quê, e que papel desempenham no momento da realização deste trabalho.

Esta última questão, que nos orientou durante todo o trabalho, obrigou-nos a recorrer a uma série de documentação para tentar determinar como esta virá a enquadrar-se de acordo com a conflitualidade actual. Para conseguir obter respostas, foi necessário ter acesso a bibliografia e documentos oficiais, e a importante colaboração de entidades que desempenham funções nesta área.

Procurámos analisar, de acordo com a unidade escalão companhia, como e onde é que a tropa Comando se enquadra. De acordo com as necessidades de emprego ao nível nacional e internacional, em que circunstâncias podem as Companhias de Comandos actuar.

O estudo permitiu ter contacto com uma variedade de conceitos e explorar um patamar internacional, o que se revelou muito produtivo e motivante. O contacto com um mundo de informação ao nível da OTAN e de outras organizações internacionais proporcionou experiências e conhecimentos muito valiosos.

Verificou-se um certo paralelismo entre a doutrina da OTAN e a americana, sendo de salientar que a facilidade de acesso à doutrina americana disponibilizada e actualizada na internet, permitiu fazer algumas comparações, chegando a referenciar alguma complementaridade de técnicas, tácticas e procedimentos.

Com base no conhecimento das tropas Comando, pode concluir-se que o seu melhor emprego é, do ponto de vista nacional, a integração numa FRI como força de manobra. No âmbito internacional, nas missões OTAN, o melhor emprego seria num ambiente de baixa/média intensidade onde será necessário estar com um elevado grau de prontidão para actuar como intervenção na AOO ou fora desta. As características desta Força permitem-lhe actuar em cenários onde o risco é consideravelmente elevado, podendo ser um meio de justificação política caso haja algum acidente ou até mesmo baixas.

As grandes ilações da realização deste trabalho são que, as tropas Comando foram criadas para fazer contra-guerrilha e tiveram de sofrer algumas adaptações, face à conflitualidade actual. Os Comandos nasceram durante a guerra e para fazer a guerra. Actualmente, não havendo guerra do tipo clausewitzianas, procura-se que a Força Armada seja utilizada para resolver as crises que se levantam pelo mundo fora e lutar pela “guerra contra o terrorismo”. Desta feita através de coligações ou ao abrigo de organizações internacionais. As adaptações vão desde as regras de empenhamento até ao uso da força.

Na área do reequipamento existem lacunas que não permite uma adaptação plena e constante aos variados TO. Existem, no Exército, outras Tropas para além dos Comandos, logo existem prioridades e interesses diferentes. Por vezes torna-se difícil cumprir

determinada missão quando não existem meios materiais e logísticos em quantidade e qualidade.

O emprego de tropas Comando num futuro TO, encontra-se assim condicionado. A adaptação quer tecnológica quer de emprego como já referimos é necessária, mas é difícil de prever um cenário para utilização de tropas equivalente. Não tendo o Exército capacidades, nem recursos para empregar, como FND, unidades acima de batalhão (como faz a maior parte dos estados-membros), vê-se limitado a contribuir com UEC ou UEB.

Após estas análises e primeiras conclusões, recomenda-se que haja alterações na área do ensino (instrução, formação e treino), visando uma possível adaptação do curso de Comandos em moldes mais vocacionados para a nova conflitualidade. Seria interessante adquirir qualificação ao nível dos escalões companhia e superiores num ambiente de Forças Especiais, uma vez que esta formação é apenas adquirida individualmente, em equipa e em grupo. Com a constituição do Batalhão de Comandos e seu possível emprego numa operação internacional, provavelmente os conhecimentos que até ao momento são exigidos para comandar uma Companhia podem não ser suficientes. Referimo-nos essencialmente ao conhecimento da doutrina de operações especiais onde se enquadram as Forças Especiais. Por isso seria conveniente actualizar manuais doutrinários e regulamentos que definem o emprego destas Forças.

Com a criação do Batalhão Operacional, a responsabilidade de emprego aumenta uma vez que se criam condições para ser chamado para uma missão como um todo. A Companhia de Comandos passa a ser empregue de acordo com o que foi definido mas agora de modo a contribuir para a obtenção de sinergias no seio do Batalhão. Estamos perante um desafio que implica que o Batalhão tenha de treinar com o seu efectivo completo, disponha de meios materiais e humanos para continuar a atingir níveis adequados de prontidão, por forma a garantir a missão e seu conceito de emprego.

Este trabalho estando concluído, esperamos que tenha correspondido às expectativas reveladas na introdução e que tenha proporcionado uma agradável leitura. Tentamos deixar subjacentes, algumas orientações que possam contribuir para algumas reflexões por parte de todos aqueles cujos interesses por esta Tropa estimam.

BIBLIOGRAFIA

MONOGRAFIAS

- CHOMSKY, Noam (2003). *Estados Pária*, Campo da Comunicação, Lisboa.
- CLAUSEWITZ, Von (1997). *Da Guerra*, Publicações Europa-América, (2ª ed.), Mem Martins.
- METZ, Steven e MILLEN, Raymond (2003). *Future War Future Battlespace*, US Army War College, Carlisle, Estados Unidos da América.
- METZ, Steven (2000). *Armed Conflict in the 21st Century: the Information revolution and post-modern warfare*, US Army War College, Carlisle, Estados Unidos da América.
- NEVES, Pires (2007). *As Forças Armadas e a Defesa Nacional - da Política e dos fins à Estratégia e aos meios*, Comissão Cultural da Marinha, Lisboa.
- NYE, Joseph (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais - Uma Introdução à Teoria e à História*, Gradiva, Lisboa.
- AZEVEDO, Gonçalo e CALMEIRO, Luís (2004). *O Exército Português em Timor Leste 2000/2004*, Secção Cooperação Militar e Alianças / Gabinete do CEME, Lisboa.
- CALMEIRO, Luís e MAGRO, José (2005). *O Exército Português nos Caminhos da Paz 1989-2005*, Secção Cooperação Militar e Alianças / Gabinete do CEME, Lisboa.
- RAMONET, Ignacio (2002). *Guerras do Século XXI*, Campo das Letras-Editores, SA, (1ª ed.), Porto.
- SANTOS, Loureiro dos (2003). *A Idade Imperial*, Publicações Europa-América, (2ªed.), Lisboa.
- SANTOS, Loureiro dos (2004). *Convulsões*, Publicações Europa-América, (2ªed.), Lisboa.
- SMITH, Rupert (2005). *The Utility of Force-The Art of War in the Modern World*, Penguin Books, Londres.

PARTES OU VOLUMES DE MONOGRAFIAS

- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos (2005). *Guerra Colonial*, Editorial Notícias, (4ªed.), Cruz Quebrada.
- ANTUNES, José (1996). *A Guerra de África (1961-1974)*, Temas e Debates, Lda., Vol. 2, [S.l.].
- MATOS, Luís [et al.] (2004). *Estado Novo*, in: TEIXEIRA, Nuno Severiano - *Nova História Militar de Portugal*, Círculo de Leitores e Autores, Vol. 4, Rio de Mouro.

ARTIGOS EM REVISTAS, JORNAIS E INTERNET

- AFONSO, José (2006). “Escorpiões no Afeganistão”, in *MAMASUME*, Revista da Associação de Comandos, Nº64, II série, Janeiro/Julho, p. 28-35.
- BARRENTO, Martins (2008). “Instituição Militar – Alguns Problemas Actuais”, in *Revista Militar*, Internet: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=249>, consultado em [12 de Abril de 2008].
- Centro de Tropas Comandos (2007). “Centro de Tropas Comandos, O Batalhão de Comandos”, in *MAMASUME*, Revista da Associação de Comandos, Nº66 II série, Janeiro/Junho, p.14-18.
- FERNANDES, Hugo (2007). “A Companhia de Comandos em Operações de Evacuação de Não Combatentes (NEO)”, in ADAGA, *Revista do Centro de Tropas Comandos*, Nº2, Dezembro, p. 21-27.
- FREIRE, Miguel (2006). “A Utilidade da Força. A Arte da Guerra no Mundo Moderno”, in *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. Internet: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=369, consultado em [21 de Março de 2008].
- GARCIA, Francisco (2007). “As Forças Armadas ao Serviço da Comunidade Internacional”, in *MAMASUME*, Revista da Associação de Comandos, Nº66 II série, Janeiro/Junho, p. 39-43.
- GARCIA, Francisco (2007). “Os Comandos e o Terrorismo”, in ADAGA, *Revista do Centro de Tropas Comandos*, Nº1, Junho, p. 30-32.
- GRILO, António (2007). “2ª Companhia de Comandos e o seu regresso ao Afeganistão”, in ADAGA, *Revista do Centro de Tropas Comandos*, Nº2, Dezembro, p. 36-43.
- MARK, Townsend e PAUL, Harris (2004). “Now the Pentagon tells Bush: climate change will destroy us”, in *The Guardian, The Observer*, 22 de Fevereiro.
- MASCARENHAS, Eduardo (1993). “O Fim de uma era de Comandos”, in *Diário de Notícias*, 17 Dezembro de 1993.
- MATOS, Varela (2007). “Os Comandos e o Futuro”, in *MAMASUME*, Revista da Associação de Comandos, Nº66 II série, Janeiro/Junho, p. 46-47.
- MEDEIRO, Dora (2003). “Comandos, o Antes e o Depois”, in *Homen, Edições Pró-Homem*, nº175, Outubro, p. 24-32.
- MESTRE, José (2006). “Segurança Ambiental e terrorismo”, in *Revista Militar*, Internet: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=51>, consultado em [7 de Abril 2008].

- RUIVO, Martins (2007). “O treino operacional da companhia de Comandos”, in ADAGA, *Revista do Centro de Tropas Comandos*, Nº1, Junho, p. 8-11.
- SOARES, Pedro (2007). “Comandos o Novo Desafio”, in ADAGA, *Revista do Centro de Tropas Comandos*, Nº1, Junho, p. 41-44.
- SOUSA, Francisco (2007). “Bravos””, in ADAGA, *Revista do Centro de Tropas Comandos*, Nº1, Junho, p. 34-39.
- TOMÉ, Luís (2006). “Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) Progressos e Dilemas”, in MAMASUME, *Revista da Associação de Comandos*, Nº64, II série, Janeiro/Julho, p. 57-65.
- TOMÉ, Luís e TOMÉ, Paula (2003). “NATO, Rússia e segurança europeia após o 11”, in JANUS, *Espaço online de Relações Exteriores*, Internet: http://www.janusonline.pt/conjuntura/conj_2003_2_1_8_b.html, consultado em [12 de Maio 2008].
- “Bush anuncia início do Conflito” (2003). in *Correio da Manhã*, 20 de Março.

LEGISLAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS OFICIAIS

- Carta das Nações Unidas (1991). Diário da República I Série A, n.º 117/91, mediante o aviso n.º 66/91, de 22 de Maio.
- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION (2007). Press Release - General Affairs and External Relations, Novembro.
- ESCOLA PRÁTICA INFANTARIA (1996). Manual de Combate em Áreas Edificadas, Junho.
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO (2001). Directiva nº263/CEME/01 de 19 Dezembro.
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO (2001). Directiva Prontidão e Sustentação DPS/CEMGFA/01
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO (2007). Directiva para o EXE (2007-2009) nº90/CEME/07.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (2002). Quadro Orgânico de Pessoal nº 6. 7. 516, Batalhão de Comandos, de 12 Maio.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (2005). Regulamento de Campanha RC 130-1, Operações. Lisboa.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (2007). Plano de médio e longo prazo do Exército 2007-2024.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (2007). Quadro Orgânico de Pessoal nº 24.0.23, Batalhão de Comandos, de 27 Novembro.

- GUIDE TO THE EUROPEAN SECURITY AND DEFENCE POLICY (ESDP) (2006). Novembro.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2003). Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), Publicado no Diário da República de 20 de Janeiro.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2004). Conceito Estratégico Militar (CEM 2004). Aprovado pelo Ministro de Estado e da Defesa Nacional em 22 de Dezembro de 2003. Confirmado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional de 15 de Janeiro de 2004.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2004). Missões Específicas às Forças Armadas (MIFA 04) – Definidas em Conselho Superior de Defesa Nacional, Novembro.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2004). Sistema de Forças Nacional (SFN 04) - Componente Operacional, Dezembro.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL, Exército Português, Comando da Instrução Direcção de Instrução - Fichas de Instrução Individual – TCB (21) – 03 – 09 do CTC.
- NATO – AAP-6 (2007). *Glossary of Terms and Definitions*.
- NATO - Allied Joint Publication AJP-01 (B) (2002). *Allied Joint Doctrine*, Dezembro.
- NATO - Allied Joint Publication AJP-3.4.1 (2001). *Peace Support Operations*, Julho.
- NATO - Allied Tactical Publication ATP-3.2 (2003). *Land Operations*, Junho.
- NATO (1999). Military Decision on Military Committee 437 - NATO Special Operations (SO) Policy, de 18 Agosto.
- NATO (2001). HANDBOOK, Bruxelas, Bélgica.
- NATO (2007). Future Security Environment Study, Norfolk, Virginia, Estados Unidos da América, Março.
- NATO HQ (2006). *Riga Summit Declaration*, Bruxelas, Bélgica, 29 de Novembro.
- ONU (2002). S/RES/1410 de 17 de Maio.
- UNIÃO EUROPEIA (2006). “Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e Tratado que institui a Comunidade Europeia”, Dezembro.
- US FIELD MANUAL 100-14 (1998). Risk Management, Department of the Army, Washington, DC, Abril.
- US FIELD MANUAL 100-25 (1999). Doctrine for Army Special Operations Forces, Department of the Army, Washington, DC, Agosto.
- US FIELD MANUAL 1-02 (2004). Operational Terms and Graphics, Department of the Army, Washington, DC, Setembro.
- US FIELD MANUAL 3-0 (2008). Operations, Department of the Army, Washington, DC, Fevereiro.

- US FIELD MANUAL 3-06 (FM 90-10) (2003). Urban Operations, Department of the Army, Washington, DC, Junho.
- US FIELD MANUAL 7-85 (1987). RANGER - Unit Operations, Department of the Army, Washington, DC, Junho.
- US FIELD MANUAL 90-10 (1979). Military Operations on Urbanized Terrain, Department of the Army, Washington, DC, Agosto.
- US FIELD MANUAL 90-10-1 (1993). An infantryman's guide to combat in built-up areas, Department of the Army, Washington, DC, Maio.

TESES E OUTROS TRABALHOS

- AMORIM, Paulo (2006). *“As forças de Operações Especiais, os “Comandos” e os Pára-quedistas, contributos para uma definição de missões e possibilidades, num quadro de complementaridade entre tropas com capacidades especiais”*, Curso de Estado-Maior 2004/2005, Trabalho Individual de Longa Duração, IESM.
- CUNHA, Raul (2005). *“A Força de Reacção Rápida. Conceito de emprego na defesa contra ameaças aos interesses nacionais e no âmbito dos compromissos internacionais”*, Curso Superior de Comando e Direcção 2004/2005, Trabalho Individual de Longa Duração, IAEM.
- REIS, Jorge (2002). *“Os Níveis da Guerra. A Manobra Táctica e Operacional. A Organização e Tecnologia”*, Dezembro.

ENDEREÇOS DA INTERNET

- Área Militar:
<http://www.areamilitar.net/>
- Associação de Comandos:
http://www.associacaocomandos.pt/MAIN/acp_1_1_oscomandos.htm
- Comandos – Tropa de Elite:
<http://comandosportugal.no.sapo.pt/>
- Estado-Maior General das Forças Armadas:
<http://www.emgfa.pt/>
- Europa – O portal da União Europeia:
http://europa.eu/index_pt.htm
- Exército Português:
http://www.exercito.pt/portal/exercito_specific/public/allbrowsers/asp/default.asp
- Infopédia:
<http://www.infopedia.pt>

- Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI):
<http://www.ipri.pt/>
- Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC):
<http://www.ipcc.ch/>
- Janus - Espaço Online de Relações Exteriores:
<http://www.janusonline.pt/>
- Jornal de Defesa e Relações Internacionais:
<http://www.jornaldefesa.com.pt/default2.asp>
- Ministério da Defesa Nacional:
<http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/>
- North Atlantic Treaty Organization (NATO):
<http://www.nato.int>
- Portal do Governo:
<http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/>
- Revista Militar:
<http://www.revistamilitar.pt>
- The Guardian:
<http://www.guardian.co.uk/>
- The International Institute for Strategic Studies (IISS):
<http://www.iiiss.org/welcome>
- United Nations (UN):
<http://www.un.org/english/>

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Capacidades orgânicas do Batalhão de Comandos.

ANEXO B – Horário do Batalhão de Comandos (Treino Operacional).

ANEXO C – Horário da Companhia de Comandos (Treino Operacional).

ANEXO D – Lista de tarefas acções comuns (exemplo).

ANEXO E – Explicação de como é que as tarefas concorrem para o programa definido (exemplo).

ANEXO F – Aspectos significativos do relatório secreto do pentágono, sobre os efeitos da mudança do clima nos conflitos.

ANEXO A – CAPACIDADES ORGÂNICAS DO BATALHÃO DE COMANDOS

O Batalhão de Comandos deve possuir as seguintes capacidades Orgânicas⁸⁰:

- a) Participar em operações expedicionárias Conjuntas/Combinadas;
- b) Actuar em condições de extremo calor ou frio e em todo o tipo de terreno em condições austeras;
- c) Efectuar deslocamentos montados em veículos orgânicos blindados;
- d) Conduzir acções de combate próximo com armamento portátil;
- e) Conduzir operações em áreas urbanizadas;
- f) Garantir protecção adequada para o pessoal e equipamento orgânico no âmbito CBRN (*Chemical, Biological; Radiological and Nuclear*);
- g) Garantir protecção adequada para tripulantes e armamento de viaturas contra RCIED (*Remote Controlled Improvised Explosive Devices*);
- h) Transmitir e receber / identificar sinais de identificação de forças amigas terrestres para evitar o fratricídio;
- i) Actuar integrado num ambiente em rede NNEC (*NATO Network Enable Capability*)
- j) Integrar o Sistema JISR (*Joint Intelligence Surveillance and Reconnaissance*);
- k) Obter / partilhar informação em “tempo real / próximo do real” que contribua para o BFSA (*Blue Force Situation Awareness*);
- l) Partilhar a COP (*Common Operacional Picture*) com as unidades subordinadas até ao escalão secção (mesmo que actuando apeadas)
- m) Actuar sem reabastecimentos ou repletamentos por um período de 3 a 5 dias;
- n) Manter actualizada, de forma automática, a rede de Comando e Operações e Logística relativamente à situação de munições e combustíveis, bem como os danos existentes relativos a combate e a não combate;
- o) Fornecer apoio médico e logístico integrado;

⁸⁰ Transcrição do QOP n°24.0.23 de 27 Novembro de 2007

ANEXO B – HORÁRIO DO BATALHÃO DE COMANDOS (TREINO OPERACIONAL)

Horário do Batalhão de Comandos - Treino Operacional

| Dia | Sáb | Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb | Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb | Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Jan | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fev | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mar | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Abr | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Semana a ser descodificada pelo Comandante de Companhia - ver Anexo C

ANEXO C – HORÁRIO DA COMPANHIA DE COMANDOS (TREINO OPERACIONAL)

Exemplo de Horário do Treino Operacional para a semana de 03MAR08 a 07

Comandante

XXXXX

Cor Inf "CMD"

| DIA | GRUPO | 08.40 - 09.30 | 09.40 - 10.30 | 10.40 - 11.30 | 11.40 - 12.30 | 14.10 - 15.00 | 15.10 - 16.00 | 16.10 - 17.00 | 21.00 - 21.50 | 22.00 - 22.50 | 23.00 - 23.50 |
|-------------------|-------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Segunda | 1 | TF 1 | TF 1 | TIRO 1 | TAC 2 | TAC 1 | TAC 1 | TAC 3 | | | |
| | 2 | TAC 3 | TAC 3 | TIRO 1 | TAC 1 | TAC 1 | TAC 2 | TF2 | | | |
| | 3 | TF 3 | TAC 2 | TIRO 1 | TAC 3 | TAC 3 | TAC 1 | TAC 1 | | | |
| 03Mar08 Terça | 1 | | | | | | | | | | |
| | 2 | | | | | | | | | | |
| | 3 | | | | | | | | | | |
| 04Mar08 Quarta | 1 | | | | | | | | | | |
| | 2 | | | | | | | | | | |
| | 3 | | | | | | | | | | |
| 05Mar08 Quinta | 1 | | | | | | | | | | |
| | 2 | | | | | | | | | | |
| | 3 | | | | | | | | | | |
| 06Mar08 Sexta | 1 | | | | | | | | | | |
| | 2 | | | | | | | | | | |
| | 3 | | | | | | | | | | |

O Comandante da CCmds

XXXXX

Cap Inf "CMD"

O Comandante de Batalhão

XXXXX

TCor Inf "CMD"

ANEXO D – LISTA DE TAREFAS ACÇÕES COMUNS (EXEMPLO)

| CÓDIGO | Nº | DESIGNAÇÃO DA TAREFA |
|--------|----|---|
| TAC | 1 | ESTABELECEER UM PO |
| TAC | 2 | REFERENCIAÇÃO DE OBJECTIVOS/ CONTROLO DE FOGO/ DISTRIBUIÇÃO DO FOGO |
| TAC | 3 | EFFECTUAR DESLOCAMENTO TÁCTICO |
| TAC | 4 | EFFECTUAR FOGO E MOVIMENTO |
| TAC | 5 | EXECUÇÃO DE ALTOS |
| TAC | 6 | REACÇÃO ... |
| TAC | 7 | CONSOLIDAR ... |
| TAC | 8 | EFFECTUAR ... |
| TAC | 9 | TRAVESSIA ... |
| TAC | 10 | ESTABELECEER-SE ... |
| TAC | 11 | ... |
| TAC | 12 | ... |
| TAC | 13 | ... |
| TAC | 14 | ... |
| TAC | 15 | ... |
| | | |
| TIRO | 1 | BATER ALVOS MÚLTIPLOS COM A ML MG-3 |
| TIRO | 2 | ... |
| TIRO | 3 | ... |
| | | |
| TF | 1 | NATAÇÃO UTILITÁRIA |
| TF | 2 | MARCHA CORRIDA 8KM |
| TF | 3 | PISTA 200M C/ARMA |
| TF | 4 | TREINO EM CIRCUITO |
| TF | 5 | MARCHA FORÇADA 12KM (C/MOCHILA, CAPACETE, COLETE TÁCTICO E ARMA) |

ANEXO E – EXPLICAÇÃO DE COMO É QUE AS TAREFAS CONCORREM PARA O PROGRAMA DEFINIDO (EXEMPLO)

| Dia | Sáb | Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb | Dom |
|-----|-----|-----|------|-------|-----|-----|------|-----|-----|
| Mês | | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| Jan | | | | ----- | | | | | |
| | | | | | | | 1 | 2 | 3 |
| Fev | | | | | | | PTIE | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| Mar | | | PTAC | | | | | | |

| DIA | GRUPO | 08.40 - 09.30 | 09.40 - 10.30 | 10.40 - 11.30 | 11.40 - 12.30 | 14.10 - 15.00 | 15.10 - 16.00 | 16.10 - 17.00 |
|-----------------|-------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Segunda 03Mar08 | 1 | TF 1 | TF 1 | TIRO 1 | TAC 2 | TAC 1 | TAC 1 | TAC 3 |
| | 2 | TAC 3 | TAC 3 | TIRO 1 | TAC 1 | TAC 1 | TAC 2 | TF2 |
| | 3 | TF 3 | TAC 2 | TIRO 1 | TAC 3 | TAC 3 | TAC 1 | TAC 1 |

| CÓDIGO | Nº | DESIGNAÇÃO DA TAREFA |
|--------|----|---|
| TAC | 1 | ESTABELECER UM PO |
| TAC | 2 | REFERENCIAÇÃO DE OBJECTIVOS/ CONTROLO DE FOGO/ DISTRIBUIÇÃO DO FOGO |
| TAC | 3 | EFFECTUAR DESLOCAMENTO TÁCTICO |
| TAC | 4 | EFFECTUAR FOGO E MOVIMENTO |
| TAC | 5 | EXECUÇÃO DE ALTOS |
| TAC | 6 | REACÇÃO ... |
| TAC | 7 | CONSOLIDAR ... |
| TAC | 8 | EFFECTUAR ... |
| TAC | 9 | TRAVESSIA ... |
| TAC | 10 | ESTABELECER-SE ... |
| TAC | 11 | ... |
| TAC | 12 | ... |
| TAC | 13 | ... |
| TAC | 14 | ... |
| TAC | 15 | ... |
| | | |
| TIRO | 1 | BATER ALVOS MÚLTIPLOS COM A ML MG-3 |
| TIRO | 2 | ... |
| TIRO | 3 | ... |
| | | |
| TF | 1 | NATAÇÃO UTILITÁRIA |
| TF | 2 | MARCHA CORRIDA 8KM |
| TF | 3 | PISTA 200M C/ARMA |
| TF | 4 | TREINO EM CIRCUITO |
| TF | 5 | MARCHA FORÇADA 12KM (C/MOCHILA, CAPACETE, COLETE TÁCTICO E ARMA) |

ANEXO F – ASPECTOS SIGNIFICATIVOS DO RELATÓRIO SECRETO DO PENTÁGONO, SOBRE OS EFEITOS DA MUDANÇA DO CLIMA NOS CONFLITOS⁸¹.

Principais acontecimentos estratégicos previstos com a mudança climática nos próximos 20 anos.

- As guerras do futuro travar-se-ão mais por questões de sobrevivência do que por motivos ideológicos, religiosos ou por interesses nacionais.
- Entre 2010 e 2020, a Europa será fortemente afectada pela mudança climática, com a temperatura média anual a cair 14°C. O clima na Grã-Bretanha torna-se mais frio e seco com padrões climáticos a começar a ser idênticos aos da Sibéria.
- As mortes derivadas de fome e da guerra atingem milhões, até a população mundial ser de tal maneira reduzida, que as condições do planeta poderão comportá-la.
- Insurreições generalizadas e conflitos internos abalarão a Índia, África do Sul e Indonésia.
- A disputa pela água será motivo de primeiro plano para a guerra. As regiões do Nilo, Danúbio e Amazonas são de elevado risco.
- Tornar-se-á visível daqui por 20 anos uma significativa redução da capacidade do planeta para suportar a sua população actual.
- As áreas ricas, como EUA e a Europa, transformar-se-ão em “fortalezas virtuais”, para impedir milhões de imigrantes de nelas entrarem, forçados pela terra inundada pelo aumento do nível do mar ou incapaz de produzir. Vagas de “boatpeople” colocarão graves problemas.
- A proliferação de armas nucleares é inevitável. Japão. A Coreia do Sul e a Alemanha desenvolvem capacidades nucleares, tal como o Irão, Egipto e a Coreia do Norte. Israel, China, Índia e Paquistão também estão prontos a recorrer às armas nucleares.
- Por 2010, nos EUA e na Europa os dias com picos de temperatura superiores a 32°C aumentarão de um terço. O clima torna-se numa desvantagem económica, à medida em que as tempestades, secas e épocas demasiado quentes provocam prejuízos aos lavradores.
- Mais de 400 milhões de pessoas das regiões subtropicais encontrar-se-ão em grave risco.

⁸¹ Retirado de SANTOS, Loureiro dos (2004). *Convulsões*, p. 22 (Mark Townsend e Paul Harris, no artigo “Now the Pentagon tells Bush climate change will destroy us”. *The Observer*, 22 de Fevereiro de 2004.)

- A Europa fará face a gigantescas confrontações com imigrantes em massa a infiltrar-se pelas suas costas. Imigrantes provenientes da Escandinávia procurarão climas mais suaves no Sul. A Europa do Sul será submergida por refugiados de regiões ardentes de África.
- Mega-secas afectarão os mais importantes celeiros, incluindo o Médio oeste americano, onde ventos violentos tornarão os solos esqueléticos.
- A necessidade de alimentos da imensa população da China torna-a particularmente vulnerável. O Bangladesh fica quase inabitável por causa da subida do nível do mar, que contamina os lençóis subterrâneos de abastecimento de água.